



TCEPR

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO PARANÁ

2024

PRESTAÇÃO DE CONTAS
ANUAL DO PREFEITO



MUNICÍPIO DE IMBAÚ

Processo n.º 186086/25 | Parecer Prévio n.º 126/2026

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	3
1.1. CONTEÚDO DO PARECER	3
1.2. TRÂMITE DO PROCESSO.....	4
2. O MUNICÍPIO	5
2.1. INDICADORES SOCIOECONÔMICOS.....	5
2.2. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.....	6
3. FUNDAMENTAÇÃO	8
3.1. GOVERNO MUNICIPAL	8
3.1.1. EDUCAÇÃO.....	9
3.1.1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO	9
3.1.1.2. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL NA ÁREA DA EDUCAÇÃO	14
3.1.2. SAÚDE.....	16
3.1.2.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA SAÚDE	16
3.1.2.2. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL NA ÁREA DA SAÚDE	18
3.1.3. ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	20
3.1.3.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	20
3.1.3.2. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL NA ÁREA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	22
3.1.4. TRANSPARÊNCIA E RELACIONAMENTO COM O CIDADÃO	24
3.1.4.1. CONTEXTUALIZAÇÃO: O ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	24
3.1.4.2. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL NA ÁREA DA TRANSPARÊNCIA E RELACIONAMENTO COM O CIDADÃO	25
3.1.5. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	27
3.1.5.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DAS FINANÇAS.....	27
3.1.5.2. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL NA ÁREA DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	29
3.1.6. CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS SOBRE OS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL.....	31
3.2. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	33
3.2.1. ENCAMINHAMENTO DA DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DO RELATÓRIO ANUAL DE CONTROLE INTERNO.	34
3.2.2. APLICAÇÃO NO ENSINO BÁSICO	35
3.2.2.1. APLICAÇÃO DO ÍNDICE MÍNIMO DE 25% EM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL	35
3.2.2.2. APLICAÇÃO DOS PERCENTUAIS MÍNIMOS DOS RECURSOS DO FUNDEB.....	36
3.2.3. APLICAÇÃO DO ÍNDICE MÍNIMO DE 15% EM SERVIÇOS E AÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA	37
3.2.4. GESTÃO FISCAL	38
3.2.4.1. RESULTADO FINANCEIRO DE FONTES NÃO VINCULADAS.....	38
3.2.4.2. LIMITE DE DESPESAS COM PESSOAL – RETORNO AO LIMITE E/OU REDUÇÃO DE 1/3 NOS PRAZOS LEGAIS.....	40
3.2.4.3. LIMITE PARA A DÍVIDA CONSOLIDADA – RETORNO AO LIMITE E/OU REDUÇÃO DE 25% NOS PRAZOS LEGAIS	40
3.2.4.4. OBRIGAÇÕES DE DESPESAS CONTRAÍDAS NOS ÚLTIMOS DOIS QUADRIMESTRES.....	41
3.2.5. CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS SOBRE A ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	44
4. VOTO DO CONSELHEIRO FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES	46
5. VOTO DIVERGENTE DO CONSELHEIRO FABIO DE SOUZA CAMARGO	47
6. DELIBERAÇÃO.....	50

1. Introdução

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) submete à CÂMARA MUNICIPAL DE IMBAÚ o resultado da apreciação das contas do ano de 2024 do(s) Prefeito(s) do **MUNICÍPIO DE IMBAÚ** relacionados no Quadro 1:

Quadro 1 – Prefeito(s) no ano de 2024

Prefeito	Data início	Data fim
DAYANE SOVINSKI RODRIGUES	01/01/21	31/12/24

FONTE: TCE-PR¹

Quadro 2 – Partes processuais

Sujeito	Nome	Procurador
Entidade	MUNICÍPIO DE IMBAÚ	-
Gestor atual	DAYANE SOVINSKI RODRIGUES	-
Gestor das Contas	DAYANE SOVINSKI RODRIGUES	-

1.1. Conteúdo do Parecer

Além desta introdução, este Parecer Prévio apresenta o seguinte conteúdo:

2 O Município de IMBAÚ – Dados e Indicadores

Apresenta informações e indicadores gerais sobre aspectos territoriais, demográficos, econômicos e administrativos do município, com a finalidade de contextualizá-lo frente ao resultado deste Parecer.

3 Fundamentação

3.1 Avaliação da Atuação Governamental

Apresenta informações sobre o governo do Município de IMBAÚ no ano de 2024, organizadas em seis áreas: Educação, Saúde, Assistência Social, Transparência e Relacionamento com o Cidadão, Administração Financeira e Previdência Social. Além de expor dados e indicadores contextuais para cada um desses setores, nesta parte são evidenciados os resultados da Atuação Governamental, em sintonia com os artigos 20 e 21 da IN n.º 172/2022.

3.2 Análise da Execução Orçamentária e Financeira

Comporta a análise sobre os aspectos orçamentários e financeiros do Município, de acordo com o escopo estabelecido no Anexo da Instrução Normativa n.º 172/2022.

4 Voto

¹ Os dados constantes neste Parecer Prévio que trazem como fonte o TCE-PR foram obtidos junto aos sistemas desta Corte, cujo preenchimento das informações é obrigação do jurisdicionado, em atendimento às normativas desta Casa, sendo, portanto, de responsabilidade exclusiva da entidade declarante.

Expõe a proposta de voto elaborada pelo Conselheiro relator do processo acerca do mérito das contas apreciadas, trazendo também, se for o caso, eventuais posicionamentos dos demais Conselheiros.

5 Deliberação

Compreende a decisão colegiada e os respectivos encaminhamentos deliberados, com fundamento no conteúdo do item 3.

1.2. Trâmite do Processo

Em observância ao disposto no artigo 18 da Instrução Normativa n.º 172/2022, de 11 de julho de 2022, a unidade técnica procedeu ao primeiro exame deste processo por meio da **Instrução - 572/25 - CCONTAS (peça 7)**, cujo conteúdo englobou a descrição da conjuntura social, econômica e política do município, a avaliação da atuação governamental e a análise da execução orçamentária e financeira dos recursos municipais.

A unidade técnica, após análise da defesa apresentada (peças 18-20), se pronunciou conclusivamente, posicionando-se pela emissão de parecer prévio pela **irregularidade das contas**.

Por força dos artigos 68 e 353, *caput*, do Regimento Interno, o **Ministério Público junto a este Tribunal de Contas**, mediante o **Parecer - 872/25 - 7PC (peça 24)**, manifestou-se nos autos.

Encerrada a fase instrutória e tendo havido oitiva ministerial, os autos vieram a este Gabinete para apreciação.

2. O MUNICÍPIO

Com uma população estimada de **14.815 habitantes**² (129º mais populoso do Paraná), o Município de IMBAÚ está situado na **Região Geográfica Imediata de Telêmaco Borba**, dispõe de uma **área territorial de 331,652 km²** e figura como o 97º com maior densidade demográfica no Estado (44,67 habitantes por km²)³.

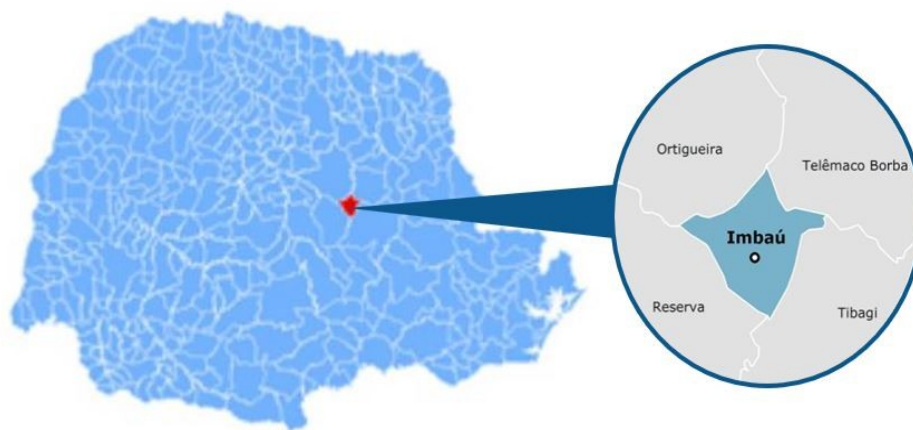


Figura 1 – Localização do Município no Estado do Paraná

FONTE: Ipardes (adaptado)

2.1. Indicadores Socioeconômicos

Em 2021, o **Produto Interno Bruto (PIB) per capita** do MUNICÍPIO DE IMBAÚ alcançou **R\$ 20.535,00**, o que o colocou como **388º** maior entre os municípios paranaenses. Na **Tabela 1** é possível observar a contribuição de cada atividade econômica no PIB Municipal (Valor Adicionado Bruto - VAB):

Tabela 1 – Produto Interno Bruto e Valor Adicionado Bruto por Atividade Econômica – 2021

Produto	Município	Média Região	Média Estado
Produto Interno Bruto (PIB) per capita (R\$ 1,00)	20.535,00	50.114,29	43.081,38
PIB a preços correntes (R\$ 1.000)	276.180,13	1.533.925,37	1.378.378,60
PIB - Valor Adicionado Bruto (VAB) a preços básicos (R\$ 1.000)	249.612,01	1.419.659,16	1.189.447,52
PIB - VAB a Preços Básicos na Agropecuária (R\$ 1.000)	48.196,88	290.409,84	154.664,87
PIB - VAB a Preços Básicos na Indústria (R\$ 1.000)	34.664,13	644.226,30	325.979,49
PIB - VAB a Preços Básicos no Comércio e Serviços (R\$ 1.000)	101.776,10	348.083,03	560.998,97
PIB - VAB a Preços Básicos na Administração Pública (R\$ 1.000)	64.974,91	136.939,98	147.804,19

FONTE: IBGE

²IBGE/IPARDES (2024).

³ IPARDES (2024).

A **Tabela 2** demonstra o Índice Iparades de Desempenho Municipal (IPDM) nas três dimensões (renda, emprego e produção agropecuária; saúde e educação)⁴:

Tabela 2 – Índice Iparades de Desempenho Municipal (IPDM) – 2022

Índice	Valor	Posição Estado
Índice Iparades de Desempenho Municipal (IPDM)	0,63	388º
Índice Iparades de Desempenho Municipal (IPDM) – Educação	0,69	389º
Índice Iparades de Desempenho Municipal (IPDM) – Saúde	0,75	352º
Índice Iparades de Desempenho Municipal (IPDM) – Renda, emprego e produção	0,44	313º

FONTE: IPARDES

2.2. Administração Municipal

O MUNICÍPIO DE IMBAÚ atualmente é governado pela senhora DAYANE SOVINSKI RODRIGUES, que exerce o presente mandato desde **01/01/25**.

Quadro 3 – Prefeitos Municipais Recentes

Prefeito	Data início	Data fim
DAYANE SOVINSKI RODRIGUES	01/01/25	31/12/28
DAYANE SOVINSKI RODRIGUES	01/01/21	31/12/24
LAUIR DE OLIVEIRA	01/01/17	31/12/20

FONTE: TCE-PR

O **Quadro 4** resume a situação da apreciação e do julgamento das contas dos prefeitos do MUNICÍPIO DE IMBAÚ nos últimos anos:

Quadro 4 – Situação das Contas de Governo do Município

Ano	Processo	Parecer Prévio	Prefeito	Resultado do Parecer Prévio	Enviado Câmara	Status Câmara	Data julgamento Câmara
2023	180211/24	402/24 - S2C	DAYANE SOVINSKI RODRIGUES	Parecer prévio pela regularidade com ressalvas com determinações	Sim	Não informado	-
2022	207248/23	267/24 - S1C	DAYANE SOVINSKI RODRIGUES	Parecer prévio pela regularidade	Sim	Não informado	-
2021	215883/22	168/23 - S1C	DAYANE SOVINSKI RODRIGUES	Parecer prévio pela regularidade	Sim	Não informado	-
2020	206562/21	355/23 - S2C	LAUIR DE OLIVEIRA	Parecer prévio pela regularidade com ressalvas	Sim	Não informado	-
2019	263449/20	622/20 - S1C	LAUIR DE OLIVEIRA	Parecer prévio pela regularidade	Sim	Não informado	-

FONTE: TCE-PR

⁴ Veja mais em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Indice-Ipardes-de-Desempenho-Municipal>

3. Fundamentação

3.1. Governo Municipal

Esta seção se destina à exposição de informações sobre o **GOVERNO MUNICIPAL DE IMBAÚ** no ano de **2024**, organizadas por meio de seis áreas de atuação governamental: **Educação, Saúde, Assistência Social, Transparência e Relacionamento com o Cidadão, Administração Financeira e Previdência Social**⁵.

Para cada uma dessas áreas, são apresentados dados e indicadores setoriais, a fim de contextualizar a situação do município. Em seguida, estão evidenciados os resultados da **Avaliação da Atuação Governamental**, efetivada com base nos artigos 20 e 21 da IN n.º 172/2022, de acordo com os objetivos reproduzidos no **Quadro 5**:

Quadro 5 – Objetivo da Avaliação da Atuação Governamental em cada uma das áreas avaliadas

Área	Atuação Governamental
 Educação	Avaliar as ações do governo que visem à melhoria da qualidade do ensino e à ampliação do acesso e da permanência escolar na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental ofertados na Rede Municipal de Ensino.
 Saúde	Avaliar as ações do governo que visem à melhoria da qualidade dos serviços da Atenção Básica em Saúde , de acordo com as necessidades e demandas da população de cada território.
 Assistência	Avaliar as ações do governo que visem à identificação e à prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social por meio da oferta de serviços de Proteção Social Básica .
 Transparência e Relacionamento com o Cidadão	Avaliar as ações do governo que busquem garantir a transparência e o relacionamento com o cidadão a fim de fomentar o controle social .
 Administração Financeira	Avaliar as ações do governo que contribuam para uma condição financeira sustentável a fim de garantir a continuidade da prestação adequada de serviços públicos.
 Previdência Social	Avaliar as ações do governo que contribuam para a solvência financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social .

FONTE: TCE-PR

⁵ O conteúdo relativo à área da Previdência Social é aplicável apenas aos municípios que possuem Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

3.1.1. Educação

3.1.1.1.Contextualização da Educação

Organização da Rede Municipal de Ensino

De acordo com o Censo da Educação de 2024, a Rede Municipal de Ensino de IMBAÚ dispõe atualmente de **9 unidade(s) educacional(is)** que ofertam educação infantil (creche e pré-escola) e/ou anos iniciais do ensino fundamental, totalizando **1.380 matrículas**:

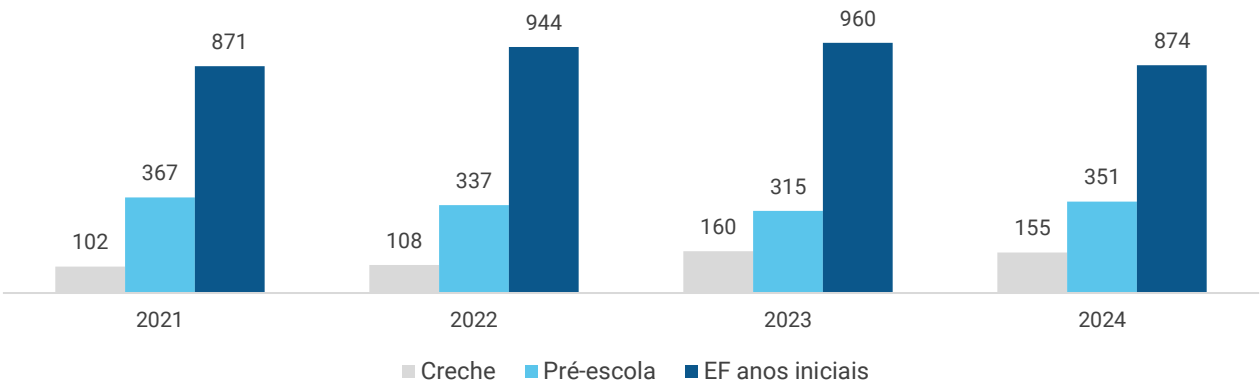
Tabela 3 – Unidades Educacionais e Matrículas da Rede Municipal de Ensino – 2024

Unidades/Matrículas	Creche	Pré-escola	EF Anos Iniciais
Unidades	3	6	6
Matrículas	155	351	874

FONTE: INEP – CENSO DA EDUCAÇÃO

Nos últimos 4 anos, a Rede Municipal de Ensino obteve uma **variação positiva em 40 matrículas** no número total de alunos da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental. A situação pode ser visualizada por meio do **Gráfico 1**:

Gráfico 1 – Evolução no Número de Matrículas da Rede Municipal por Etapa da Rede de Ensino – 2021 a 2024



FONTE: INEP - CENSO DA EDUCAÇÃO

Acesso Educacional

Com base nas informações fornecidas pelo(a) secretário(a) municipal responsável pela área da educação por meio dos formulários referidos no artigo 7º da IN n.º 172/2022, a Tabela 4 exibe indicadores de **acesso educacional** da população do MUNICÍPIO DE IMBAÚ no ano de 2024:

Tabela 4 – Indicadores municipais de acesso educacional

Descrição do indicador	Indicador
Percentual da população de 4 a 5 anos que frequenta escola/creche apurado no relatório de monitoramento das metas do Plano Municipal de Educação emitido em 2024	A meta não foi monitorada em 2024
Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta escola/creche apurado no relatório de monitoramento das metas do Plano Municipal de Educação emitido em 2024	A meta não foi monitorada em 2024
Percentual de matrículas da educação básica de alunos com deficiência, TGD, altas habilidades ou superdotação que recebem Atendimento Educacional Especializado (AEE) apurado no relatório de monitoramento das metas do Plano Municipal de Educação emitido em 2024	A meta não foi monitorada em 2024
Quantidade de crianças de 4 a 5 anos que não frequentam a pré-escola, independentemente do motivo	O Município não executa ações para identificar a quantidade de crianças de 4 a 5 anos que não estão matriculadas na escola, por bairro/localidade
Quantidade de crianças a partir dos 6 anos que não frequentam a escola, independentemente do motivo	O Município não executa ações para identificar a quantidade de crianças a partir dos 6 anos que não estão matriculadas na escola, por bairro/localidade

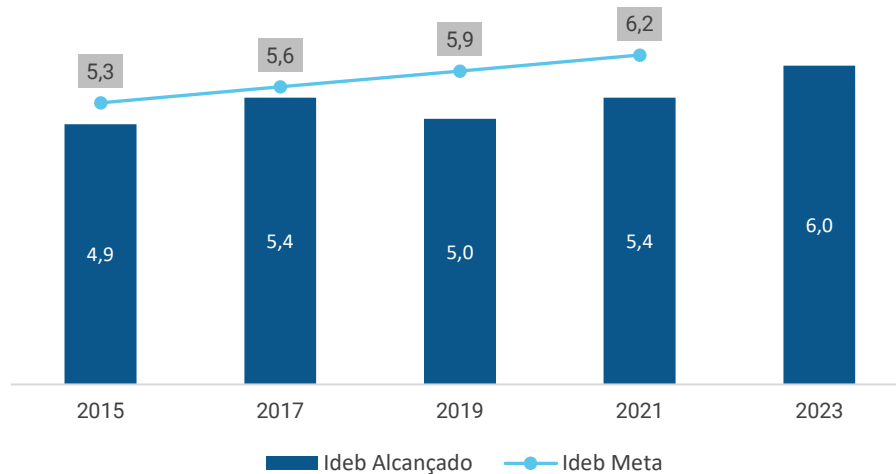
FONTE: TCE-PR

Resultados Educacionais

O principal indicador nacional de qualidade educacional é o **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**. Ele é calculado a partir da média dos resultados padronizados do **Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)** de português e matemática (indicador de aprendizado) multiplicados pela taxa de aprovação do Censo Escolar (indicador de fluxo).

No ano de 2023, o Ideb da Rede para os anos iniciais do ensino fundamental foi de 6,00. O Ideb Projetado é a meta estabelecida para o 1º Ciclo do Ideb (2007 - 2021). Dessa forma, o Ideb 2023 não teve meta projetada. O **Gráfico 2** demonstra a evolução do Ideb municipal nos últimos anos:

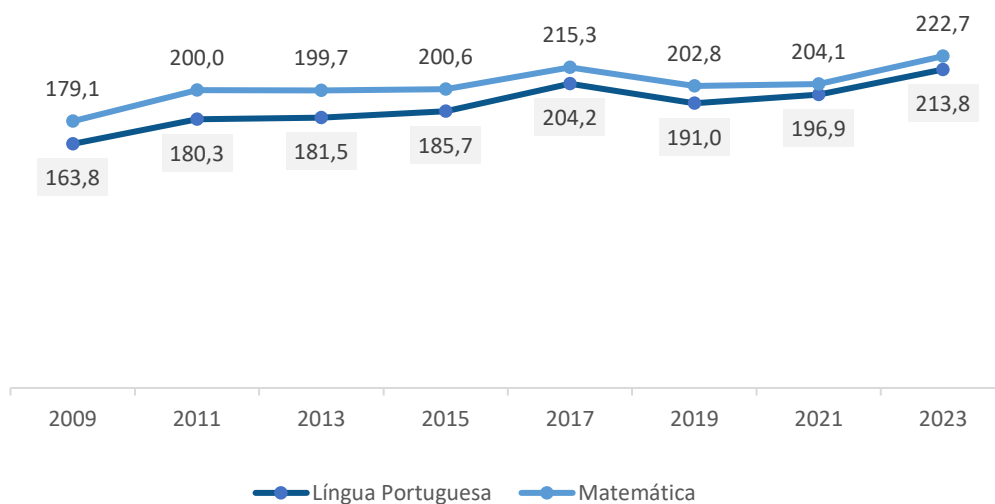
Gráfico 2 - Evolução do Ideb dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Rede Municipal – 2015 a 2023



FONTE: INEP - SAEB

Outra informação importante proveniente do SAEB é a nota obtida pelos estudantes nas provas de Língua Portuguesa e Matemática. **No ano de 2023, a nota média para Língua Portuguesa foi de 213,78, enquanto para Matemática foi de 222,73.** A evolução dessas notas nos últimos anos pode ser visualizada no **Gráfico 3**:

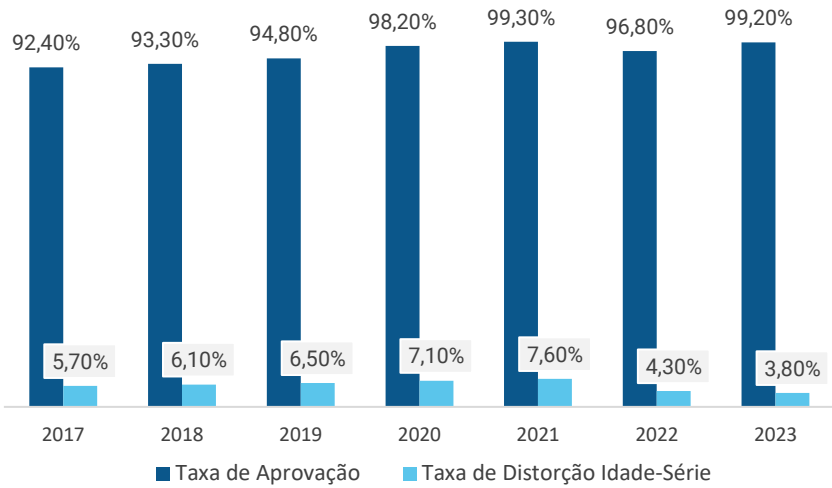
Gráfico 3 – Evolução da Nota Média do Saeb em Língua Portuguesa e Matemática da Rede Municipal – 2009 a 2023



FONTE: INEP - SAEB

Em 2023, as **Taxas de Aprovação**⁶ e **Distorção Idade-Série**⁷ dos anos iniciais do ensino fundamental foi de **99,20%** e **3,80%**, respectivamente. O **Gráfico 4** apresenta a variação desses indicadores nos últimos anos:

Gráfico 4 - Evolução da Taxa de Aprovação e da Taxa de Distorção Idade-Série da Rede Municipal de Ensino – 2017 a 2023



FONTE: INEP - CENSO DA EDUCAÇÃO

Recursos Aplicados na Área da Educação

No ano de 2024, o valor total das despesas empenhadas na **função “12 – Educação”** foi de **R\$ 17.733.999,24**. A **Tabela 5** resume os valores alcançados por **subfunção de governo**, enquanto a **Tabela 6** detalha a aplicação por **natureza da despesa**:

Tabela 5 - Valores orçados, empenhados e liquidados nas subfunções da função Educação – 2024

Subfunção	Orçado (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)
122 - Administração Geral	1.978.406,11	9.419,45	9.419,45
306 - Alimentação e Nutrição	754.568,81	514.841,30	507.990,75
361 - Ensino Fundamental	15.793.216,07	14.146.834,65	13.843.070,89
365 - Educação Infantil	3.638.547,52	2.989.403,84	2.934.169,47
366 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00
367 - Educação Especial	141.850,00	73.500,00	73.500,00

FONTE: TCE-PR

⁶ Percentual de alunos aprovados
⁷ Porcentagem dos alunos matriculados que têm idade pelo menos 2 anos maior do que a idade esperada para aquela série

Tabela 6 - Detalhamento do valor da aplicação dos recursos da Educação por natureza da despesa – 2024

Natureza da despesa	Valor (R\$)
1. Despesas Correntes	16.787.706,98
1.1. Pessoal e Encargos	11.343.614,29
1.2. Juros e Encargos da Dívida	0,00
1.3. Outras Despesas Correntes	5.444.092,69
1.3.1. Material de Consumo	1.540.332,98
1.3.2. Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	275.124,09
1.3.3. Demais outras despesas correntes	3.628.635,62
2. Despesas de capital	946.292,26
2.1. Investimentos	946.292,26
2.1.1. Obras e Instalações	845.277,78
2.1.2. Equipamentos e Material Permanente	101.014,48
2.1.3. Demais investimentos	0,00
2.2. Inversões Financeiras	0,00
2.3. Amortização da Dívida	0,00

FONTE: TCE-PR

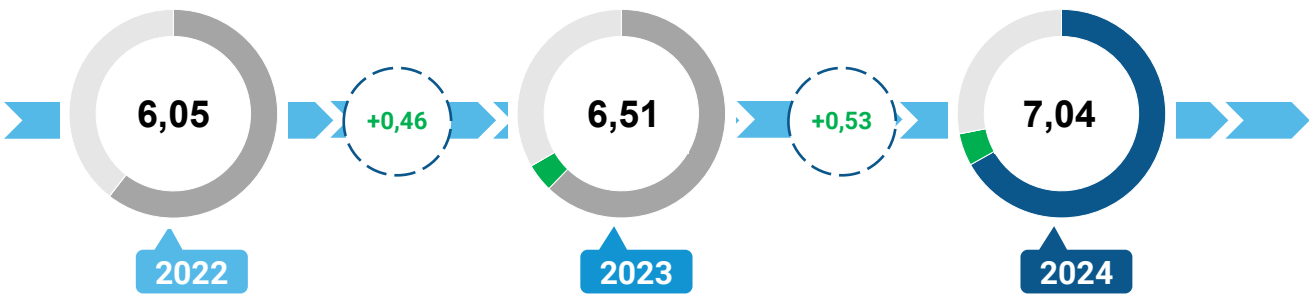
Considerando o valor total das despesas empenhadas nas subfunções “361 – Ensino Fundamental” e “365 – Educação Infantil”, o **valor alocado por matrícula** no ano de 2024 pelo MUNICÍPIO DE IMBAÚ foi de **R\$ 16.186,31** para o **Ensino Fundamental** e **R\$ 5.907,91** para a **Educação Infantil**.

3.1.1.2. Resultados da Avaliação da Atuação Governamental na Área da Educação

Este item se propõe a aferir as ações e iniciativas do governo municipal que visaram à **melhoria da qualidade do ensino** e à **ampliação do acesso e da permanência escolar** na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental ofertados na Rede Municipal de Ensino.

Com base nas informações fornecidas pelos interlocutores municipais, a atuação do governo municipal de IMBAÚ na área da Educação alcançou a pontuação de **7,04** em 2024, o que representou uma **variação positiva de 0,53 pontos com relação ao ano de 2023**, conforme ilustra o **Gráfico 5**:

Gráfico 5 – Resultados da atuação governamental na área da Educação entre os anos de 2022 e 2024



FONTE: TCE-PR

Os resultados obtidos entre os anos de 2022 e 2024 estão detalhados por questão na **Tabela 7**:

Tabela 7 - Resultado obtido pelo Governo Municipal na Área da Educação detalhado por questão

Questão	Aspectos abordados	2022	2023		2024	
		Nota	Nota	Variação	Nota	Variação
 Instrumentos de planejamento	Questões relacionadas com o Plano Municipal de Educação e com os projetos políticos-pedagógicos das escolas.	7,8	7,5	-0,3	7,6	+0,1
 Acesso e Permanência	Questões que influenciam diretamente no acesso e na permanência dos estudantes na escola.	2,4	2,7	+0,3	3,9	+1,2
 Práticas Pedagógicas	Questões relacionadas com práticas pedagógicas que contribuam diretamente para a melhoria da qualidade do ensino.	5,2	7,1	+1,9	8,8	+1,7
 Gestão de Pessoas	Questões relacionadas com a existência de profissionais da educação em quantidade suficiente e com capacitação adequada.	5,6	6,5	+0,9	7,5	+1,0
 Instalações das unidades escolares	Questões relacionadas à adequação das instalações dos prédios das unidades da Rede Municipal de Ensino.	6,6	7,1	+0,5	8,2	+1,1
 Equipamentos das unidades escolares	Questões relacionadas à adequação do mobiliário, dos equipamentos e dos materiais das unidades da Rede Municipal de Ensino.	7,6	7,9	+0,3	8,6	+0,7
 Serviços de transporte escolar	Questões relacionadas com o serviço de transporte escolar disponibilizado aos alunos da Rede Municipal de Ensino.	9,0	9,4	+0,4	8,2	-1,2
 Serviço de alimentação escolar	Questões relacionadas com o programa municipal de alimentação escolar.	4,2	3,9	-0,3	3,5	-0,4

FONTE: TCE-PR

O resultado da Atuação Governamental na área da Educação no ano de 2024 foi obtido com base nas informações fornecidas pelos **interlocutores** municipais listados na **Tabela 8**:

Tabela 8 - Interlocutores municipais da área da Educação

Interlocutor	Cadastros	Respostas
Secretário Municipal ou equivalente	1	1
Diretor de Creche	3	3
Nutricionista Técnico(a) Responsável	1	1
Coordenador Pedagógico de Creche	3	3
Diretor de Pré-Escola e Ensino Fundamental	6	6
Coordenador Pedagógico de Pré-Escola e Ensino Fundamental	6	6
Coordenador(a) do transporte escolar ou pessoa responsável pelo serviço	1	1

FONTE: TCE-PR

Os interlocutores se manifestaram sobre os diversos pontos da gestão municipal na área da Educação por meio de resposta a formulários durante o período de 01/11/2024 a 05/12/2024.

O conteúdo dos formulários encaminhados aos interlocutores da área da Educação consta do [Anexo III](#) da Nota Técnica n.º 31/2024, emitida pela Coordenadoria-Geral de Fiscalização.



Para consultar os resultados na íntegra, escaneie o código ao lado ou acesse:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoieVZiMTVjZDctNzFhNS00M2NhLTg1ZDQzMWRiMmRkYWZhNjBkliwidCI6ImY3MGEwYWY2LWRhMGYtNDViZS1iN2VkLTlmOGMxYjI0YmZkZilsImMiOjR9>

Conclusão sobre a atuação do Governo Municipal na área da Educação

Tendo em vista que o grau de atendimento das ações do governo municipal na Avaliação da Atuação Governamental para a área da Educação no ano de 2024 **não apresentou variação em relação ao ano anterior passível de enquadramento nos vetores indicados no Anexo II da Instrução Normativa n.º 172/2022**, bem como não foram verificadas outras situações relevantes, considera-se o tópico como **atendido**.

3.1.2. Saúde

3.1.2.1. Contextualização da Saúde

O MUNICÍPIO DE IMBAÚ conta com **4 unidade(s) de saúde** da Atenção Básica. De acordo com informações do Ministério da Saúde, **79,64%** da população municipal é coberta por pelo menos uma equipe de Atenção Básica em Saúde.

A **Tabela 9** apresenta indicadores de natalidade e mortalidade do município, da região e do Estado:

Tabela 9 - Taxas de Natalidade e Mortalidade – 2023

Taxa	Município	Região	Estado
Taxa Bruta de Natalidade (mil habitantes)	10,40	13,12	12,04
Taxa de Mortalidade Geral (mil habitantes)	6,43	7,43	8,38
Taxa de Mortalidade Infantil (mil nascidos vivos)	6,58	10,46	12,63
Taxa de Mortalidade em Menores de 5 anos (mil nascidos vivos)	6,58	12,77	14,62
Taxa de Mortalidade Materna (100 mil nascidos vivos)	Sem Dados	152,41	39,70

FONTE: IPARDES

A **Tabela 10** reproduz os indicadores de desempenho do MUNICÍPIO DE IMBAÚ para o quadrimestre 3/2024, extraídos do Sistema de Informação em Saúde para Atenção Básica (SISAB):

Tabela 10 - Indicadores do Previne Brasil – Quadrimestre 3/2024

Indicador	Município	Região	Estado
Proporção de gestantes com pelo menos 6 (seis) consultas pré-natal realizadas (1)	50,00	65,43	63,76
Proporção de gestantes com realização de exames para sífilis e HIV	70,00	76,57	73,48
Proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado	30,00	57,14	65,47
Proporção de mulheres com coleta de citopatológico na APS	26,00	29,29	36,74
Proporção de crianças de 1 (um) ano de idade vacinadas na APS (2)	97,00	86,14	86,63
Proporção de pessoas com hipertensão, com consulta e pressão arterial aferida no semestre	44,00	36,14	38,98
Proporção de pessoas com diabetes, com consulta e hemoglobina glicada solicitada no semestre	32,00	30,43	30,77

FONTE: PREVINE BRASIL

(1) Sendo a 1ª (primeira) até a 12ª (décima segunda) semana de gestação.

(2) Contra Difteria, Tétano, Coqueluche, Hepatite B, infecções causadas por *Haemophilus Influenzae* tipo b e Poliomielite inativada.

No ano de 2024, o valor total das despesas empenhadas na **função “10 – Saúde”** foi de **R\$ 14.149.303,55**. A **Tabela 11** resume os valores alcançados por **subfunção de governo**, enquanto a **Tabela 13** detalha a aplicação por **natureza da despesa**:

Tabela 11 – Valores orçados, empenhados e liquidados nas subfunções da função Saúde – 2024

Subfunção	Orçado (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)
122 - Administração Geral	2.985.152,05	2.310.281,31	2.265.659,77
301 - Atenção Básica	13.114.386,99	11.750.979,46	11.483.502,10
304 - Vigilância Sanitária	5.000,00	0,00	0,00
305 - Vigilância Epidemiológica	96.480,42	88.042,78	85.533,13

FONTE: TCE-PR

Tabela 12 - Detalhamento do valor da aplicação dos recursos da Saúde por natureza da despesa – 2024

Natureza da despesa	Valor (R\$)
1. Despesas Correntes	14.035.777,55
1.1. Pessoal e Encargos	4.280.000,98
1.2. Juros e Encargos da Dívida	0,00
1.3. Outras Despesas Correntes	9.755.776,57
1.3.1. Material de Consumo	999.312,36
1.3.2. Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.382.324,71
1.3.3. Demais outras despesas correntes	5.374.139,50
2. Despesas de capital	113.526,00
2.1. Investimentos	113.526,00
2.1.1. Obras e Instalações	0,00
2.1.2. Equipamentos e Material Permanente	113.526,00
2.1.3. Demais investimentos	0,00
2.2. Inversões Financeiras	0,00
2.3. Amortização da Dívida	0,00

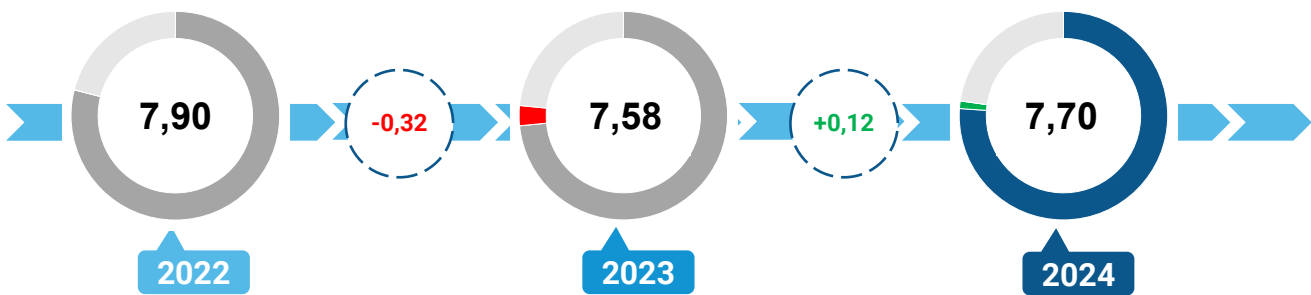
FONTE: TCE-PR

3.1.2.2. Resultados da Avaliação da Atuação Governamental na Área da Saúde

O objetivo deste item é aferir as ações e iniciativas do governo municipal que visaram à **melhoria da qualidade dos serviços da Atenção Básica em Saúde**, de acordo com as necessidades e demandas da população de cada território.

Com base nas informações fornecidas pelos interlocutores municipais, a atuação do governo municipal de IMBAÚ na área da Saúde alcançou a pontuação de **7,70** em 2024, o que representou uma **variação positiva de 0,12 pontos com relação ao ano de 2023**, conforme ilustra o **Gráfico 6**:

Gráfico 6 – Resultados da atuação governamental na área da Saúde entre os anos de 2022 e 2024



FONTE: TCE-PR

Os resultados obtidos entre os anos de 2022 e 2024 estão detalhados por questão na **Tabela 13**:

Tabela 13 - Resultado obtido pelo Governo Municipal na Área da Saúde detalhado por questão

Questão	Aspectos abordados	2022	2023		2024	
		Nota	Nota	Variação	Nota	Variação
 Instrumentos de planejamento	Questões relacionadas com o Plano Municipal de Saúde, com a Programação Anual de Saúde e com o Relatório Anual de Gestão.	8,2	9,2	+1,0	10,0	+0,8
 Gestão do trabalho	Questões sobre o dimensionamento da força de trabalho, a capacitação permanente e a avaliação dos profissionais.	6,8	7,3	+0,5	7,7	+0,4
 Coordenação do cuidado	Questões relacionadas à organização do fluxo de pessoas, à comunicação com os pontos da rede de atenção à saúde e à resolutividade da Atenção Básica.	9,3	7,8	-1,5	6,5	-1,3
 Territorialização e vínculos	Questões relacionadas ao processo de territorialização e às estratégias de atuação nos territórios.	8,4	6,6	-1,8	8,6	+2,0
 Ofertas de serviços	Questões relacionadas aos serviços essenciais à Atenção Básica.	8,8	7,1	-1,7	6,5	-0,6
 Promoção da saúde	Questões relacionadas à integração com a Vigilância em Saúde e às ações voltadas à promoção da saúde e à prevenção de doenças.	7,9	6,1	-1,8	7,0	+0,9
 Assistência farmacêutica	Questões relacionadas ao cuidado farmacêutico e à seleção, programação, recebimento e dispensação de medicamentos.	7,6	9,0	+1,4	7,6	-1,4
 Estrutura física	Questões relacionadas à adequação das instalações e dos equipamentos das unidades básicas de saúde.	6,2	7,5	+1,3	7,7	+0,2

FONTE: TCE-PR

O resultado da Atuação Governamental na área da Saúde no ano de 2024 foi obtido com base nas informações fornecidas pelos **interlocutores** municipais listados na **Tabela 14**:

Tabela 14 - Interlocutores municipais da área da Saúde

Interlocutor	Cadastros	Respostas
Secretário Municipal ou equivalente	1	1
Responsável pela Unidade Básica de Saúde (UBS)	4	4
Responsável pela dispensação	1	1

FONTE: TCE-PR

Os interlocutores se manifestaram sobre os diversos pontos da gestão municipal na área da Saúde por meio de resposta a formulários durante o período de 01/11/2024 a 05/12/2024.

O conteúdo dos formulários encaminhados aos interlocutores da área da Saúde consta do [Anexo V](#) da Nota Técnica n.º 31/2024, emitida pela Coordenadoria-Geral de Fiscalização.



Para consultar os resultados na íntegra, escaneie o código ao lado ou acesse:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiYzViMTVjZDctNzFhNS00M2NhLTg1ZDQzMWRiMmRkYWZhNjBkliwidCI6ImY3MGEwYWY2LWRhMGYtNDViZS1iN2VkLTlmOGMxYjI0YmZkZiIsImMiOiR9>

Conclusão sobre a atuação do Governo Municipal na área da Saúde

Tendo em vista que o grau de atendimento das ações do governo municipal na Avaliação da Atuação Governamental para a área da Saúde no ano de 2024 **não apresentou variação em relação ao ano anterior passível de enquadramento nos vetores indicados no Anexo II da Instrução Normativa n.º 172/2022**, bem como não foram verificadas outras situações relevantes, considera-se o tópico como **atendido**.

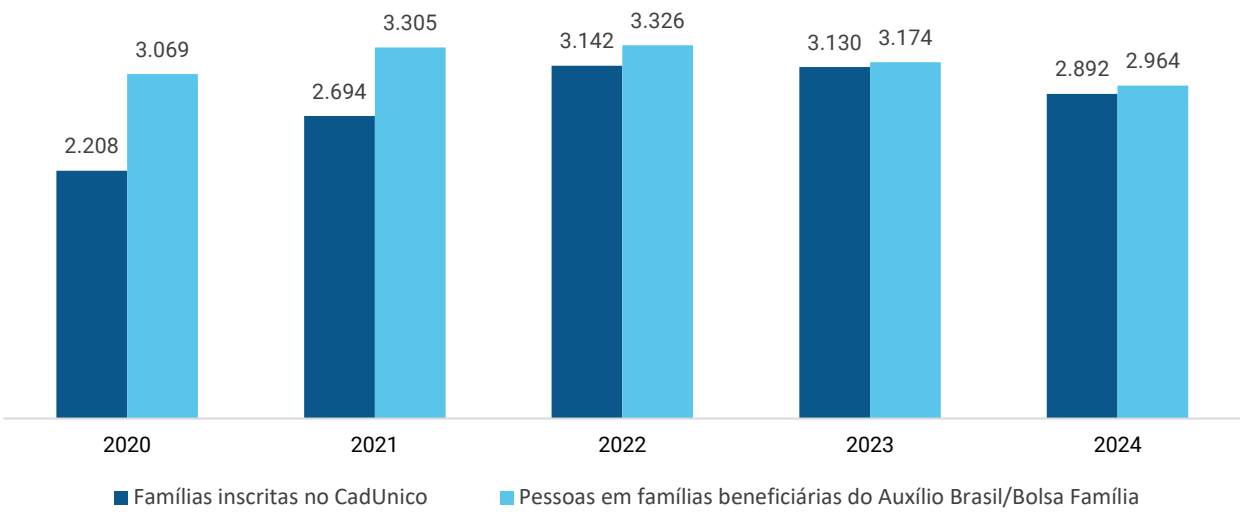
3.1.3. Assistência Social

3.1.3.1.Contextualização da Assistência Social

O MUNICÍPIO DE IMBAÚ dispõe atualmente de **1 Centro(s) de Referência de Assistência Social (CRAS)**⁸ localizado(s) em seu território.

Da população estimada de **14.815** habitantes, o MUNICÍPIO DE IMBAÚ possuía, em dezembro 2024, um total de **2.964** pessoas em famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil. O número de famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) era de **2.892**, conforme demonstra o **Gráfico 7**:

Gráfico 7 - Evolução do Número de Famílias Inscritas no CadÚnico e de Pessoas em Famílias Beneficiárias do Programa Auxílio Brasil/Bolsa Família – 2020 a 2024



FONTE: PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL/BOLSA FAMÍLIA

No ano de 2024, o valor total das despesas empenhadas na **função “08 – Assistência Social”** foi de **R\$ 3.836.140,36**. A **Tabela 15** resume os valores alcançados por **subfunção de governo**, enquanto a **Tabela 16** detalha a aplicação por **natureza da despesa**:

Tabela 15 - Valores orçados, empenhados e liquidados nas subfunções da função Assistência Social – 2024

Subfunção	Orçado (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)
122 - Administração Geral	1.839.225,20	1.569.798,98	1.568.167,98
241 - Assistência ao Idoso	526.030,44	499.965,70	499.961,89
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente	725.164,95	454.354,07	444.333,12
244 - Assistência Comunitária	1.785.264,83	1.292.505,60	1.187.021,32
422 - Direitos Individuais, Coletivos Difusos	19.516,01	19.516,01	17.031,01

FONTE: TCE-PR

⁸ O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é a porta de entrada da Assistência Social. É um local público, localizado prioritariamente em áreas de maior vulnerabilidade social, onde são oferecidos os serviços de Assistência Social, com o objetivo de fortalecer a convivência com a família e com a comunidade.

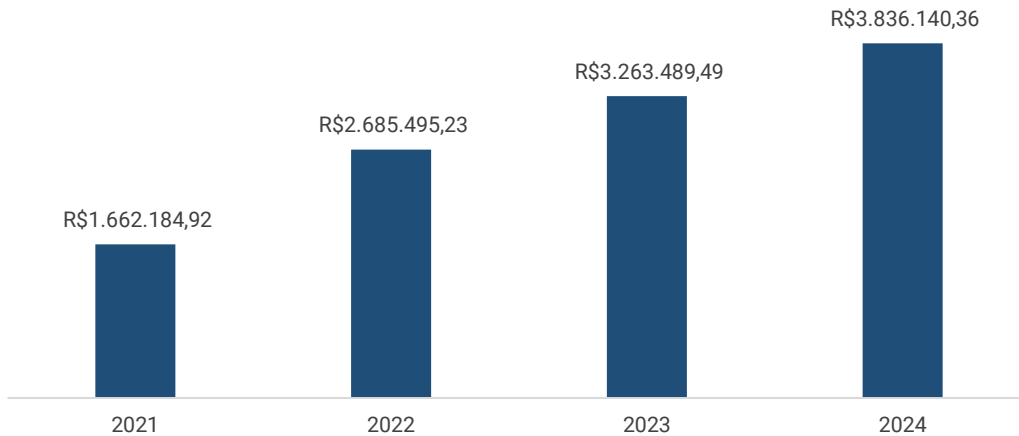
Tabela 16 - Detalhamento do valor da aplicação dos recursos da Assistência Social por natureza da despesa – 2024

Natureza da despesa	Valor (R\$)
1. Despesas Correntes	3.287.097,08
1.1. Pessoal e Encargos	1.383.070,32
1.2. Juros e Encargos da Dívida	0,00
1.3. Outras Despesas Correntes	1.904.026,76
1.3.1. Material de Consumo	526.129,36
1.3.2. Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	371.041,16
1.3.3. Demais outras despesas correntes	1.006.856,24
2. Despesas de capital	549.043,28
2.1. Investimentos	549.043,28
2.1.1. Obras e Instalações	457.362,23
2.1.2. Equipamentos e Material Permanente	91.681,05
2.1.3. Demais investimentos	0,00
2.2. Inversões Financeiras	0,00
2.3. Amortização da Dívida	0,00

FONTE: TCE-PR

O **Gráfico 8** demonstra a evolução dos valores aplicados na Função “08 – Assistência Social” nos últimos anos:

Gráfico 8 - Evolução dos valores aplicados na Função Assistência Social – 2021 a 2024



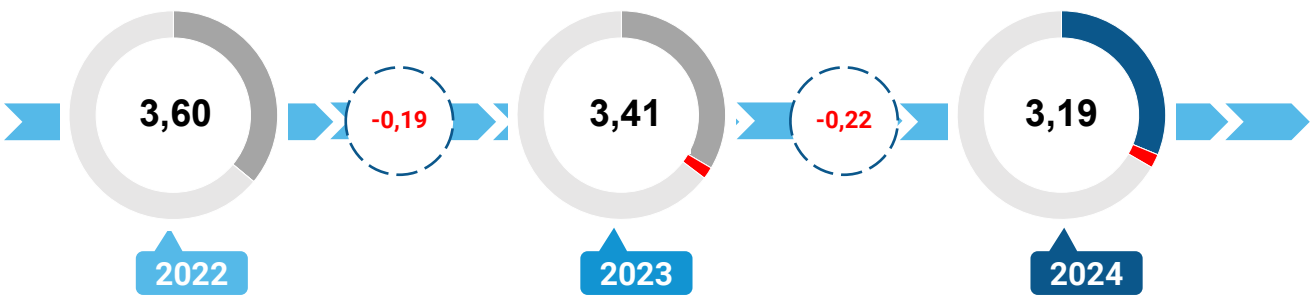
FONTE: TCE-PR

3.1.3.2. Resultados da Avaliação da Atuação Governamental na Área da Assistência Social

Este item se propõe a aferir as ações e iniciativas do governo municipal que visaram à **identificação e à prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social** por meio da oferta de serviços de Proteção Social Básica.

Com base nas informações fornecidas pelos interlocutores municipais, a atuação do governo municipal de IMBAÚ na área da Assistência Social alcançou a pontuação de **3,19** em 2024, o que representou uma **variação negativa de 0,22 pontos com relação ao ano de 2023**, conforme ilustra o **Gráfico 9**:

Gráfico 9 – Resultados da atuação governamental na área da Assistência Social entre os anos de 2022 e 2024



FONTE: TCE-PR

Os resultados obtidos entre os anos de 2022 e 2024 estão detalhados por questão na **Tabela 17**:

Tabela 17 - Resultado obtido pelo Governo Municipal na Área da Assistência Social detalhado por questão

Questão	Aspectos abordados	2022	2023		2024	
		Nota	Nota	Variação	Nota	Variação
 Instrumentos de planejamento	Questões relacionadas com a elaboração e o monitoramento do Plano Municipal de Assistência Social.	1,7	3,9	+2,2	4,5	+0,6
 Vigilância socio-assistencial	Questões relacionadas com a existência, a estruturação e as atividades da área de vigilância socioassistencial.	1,7	0,8	-0,9	0,4	-0,4
 Diagnóstico do território e acesso	Questões atinentes a ações para conhecimento do território, como busca ativa e Diagnóstico Socioterritorial, e divulgação dos serviços socioassistenciais.	1,5	3,0	+1,5	4,1	+1,1
 Articulação territorial e intersetorial	Questões sobre as instâncias e os processos de articulação dos CRAS com a rede socioassistencial e com outras políticas públicas.	5,0	2,7	-2,3	3,8	+1,1
 PAIF	Questões relacionadas à adequação das instalações dos prédios das unidades com a prestação do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).	7,6	6,4	-1,2	0,9	-5,5
 SCFV e SPSB no Domicílio	Questões relacionadas com a prestação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio.	3,8	3,2	-0,6	3,2	0,0
 Recursos físicos e humanos	Questões relacionadas com a estrutura física e as equipes de referência dos CRAS.	3,9	3,9	0,0	5,4	+1,5

FONTE: TCE-PR

3.1.4. Transparência e Relacionamento com o Cidadão

3.1.4.1. Contextualização: o Índice de Transparência da Administração Pública

O Índice de Transparência da Administração Pública (ITP-TCE/PR) é um parâmetro instituído pelo Tribunal de Contas do Paraná para medir, em parceria com a sociedade, o grau de transparência dos portais eletrônicos dos entes públicos. O método foi desenvolvido no ano de 2018.

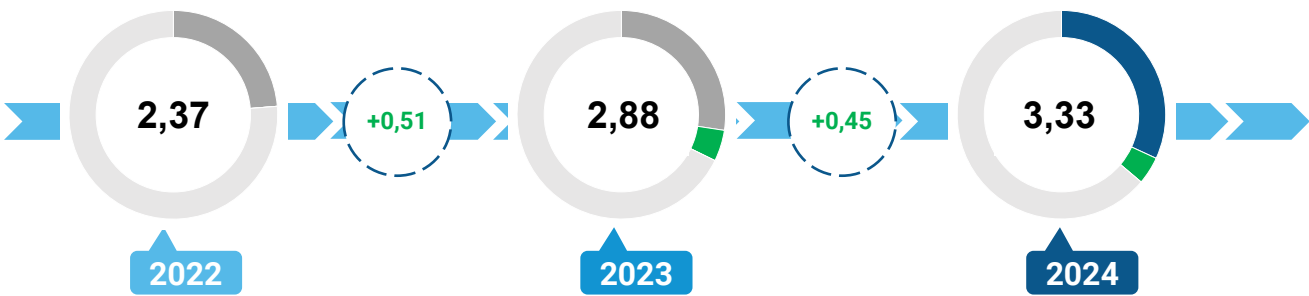
No ano de 2024, o Município de IMBAÚ obteve uma nota de 59,49% de atendimento dos itens do ITP, figurando na posição 359 entre os municípios paranaenses.

3.1.4.2. Resultados da Avaliação da Atuação Governamental na Área da Transparência e Relacionamento com o Cidadão

Este item se propõe a aferir as ações e iniciativas do governo municipal que buscaram **garantir a transparência e o relacionamento com o cidadão** a fim de **fomentar o controle social**.

Com base nas informações fornecidas pelos interlocutores municipais, a atuação do governo municipal de IMBAÚ na área da Transparência e Relacionamento com o Cidadão alcançou a pontuação de **3,33** em 2024, o que representou uma **variação positiva de 0,45 pontos com relação ao ano de 2023**, conforme ilustra o **Gráfico 10**:

Gráfico 10 – Resultados da atuação governamental na área da Transparência e Relacionamento com o Cidadão entre os anos de 2022 e 2024



FONTE: TCE-PR

Os resultados obtidos entre os anos de 2022 e 2024 estão detalhados por questão na **Tabela 19**:

Tabela 19 - Resultado obtido pelo Governo Municipal na Área da Transparência e Relacionamento com o Cidadão detalhado por questão

Questão	Aspectos abordados	2022	2023		2024	
		Nota	Nota	Variação	Nota	Variação
 Regulamentação do SIC	Questões relacionadas com a regulamentação e o estabelecimento de processos de trabalho para garantir o acesso à informação ao cidadão.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
 Operacionalização do SIC	Questões relacionadas com a operacionalização do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC).	4,6	4,9	+0,3	4,8	-0,1
 Disponibilização de informações	Questões relacionadas com a disponibilização de informações de interesse geral ou coletivo no site oficial do município.	4,4	6,9	+2,5	7,2	+0,3
 Regulamentação do canal de comunicação	Questões relacionadas com a regulamentação e o estabelecimento de processos para garantir o direito à manifestação dos usuários de serviços públicos.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
 Funcionamento do canal de comunicação	Questões relacionadas com a operacionalização do canal de comunicação ou ouvidoria, a fim de garantir o direito à manifestação dos usuários de serviços públicos.	2,7	4,0	+1,3	2,7	-1,3
 Ações para fomento do controle social	Questões relacionadas à integração com ações de engajamento público para fomento do controle social.	2,5	1,5	-1,0	5,3	+3,8

FONTE: TCE-PR

O resultado da Atuação Governamental na área da Transparência e Relacionamento com o Cidadão no ano de 2024 foi obtido com base nas informações fornecidas pelos **interlocutores** municipais listados na **Tabela 20**:

Tabela 20 - Interlocutores municipais da área da Transparência e Relacionamento com o Cidadão

Interlocutor	Cadastros	Respostas
Secretário Municipal ou equivalente	1	1
Servidor responsável pelo serviço de informação ao cidadão - SIC	1	1
Servidor responsável pela ouvidoria ou canal de comunicação do município	1	1

FONTE: TCE-PR

Os interlocutores se manifestaram sobre os diversos pontos da gestão municipal na área da Transparência e Relacionamento com o Cidadão por meio de resposta a formulários durante o período de 01/11/2024 a 05/12/2024.

O conteúdo dos formulários encaminhados aos interlocutores da área da Transparência e Relacionamento com o Cidadão consta do [Anexo VI](#) da Nota Técnica n.º 31/2024, emitida pela Coordenadoria-Geral de Fiscalização.



Para consultar os resultados na íntegra, escaneie o código ao lado ou acesse:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiYzViMTVjZDctNzFhNS00M2NhLTg1ZDQ0MWRiMmRkYWZhNjBkliwidCI6ImY3MGEwYWY2LWRhMGYtNDViZS1iN2VkLTlmOGMxYjI0YmZkZiIsImMiOiR9>

Conclusão sobre a atuação do Governo Municipal na área da Transparência e Relacionamento com o Cidadão

Tendo em vista que o grau de atendimento das ações do governo municipal na Avaliação da Atuação Governamental para a área da Transparência e Relacionamento com o Cidadão no ano de 2024 **não apresentou variação em relação ao ano anterior passível de enquadramento nos vetores indicados no Anexo II da Instrução Normativa n.º 172/2022**, bem como não foram verificadas outras situações relevantes, considera-se o tópico como **atendido**.

3.1.5. Administração Financeira

3.1.5.1.Contextualização das Finanças

O orçamento municipal para o ano de 2024 foi aprovado pela Lei Municipal n.º 799/2023. Os valores previstos e executados para as receitas e despesas do ano de 2024 estão demonstrados na **Tabela 21**:

Tabela 21 - Visão Geral da Previsão e da Execução da Receita e da Despesa Orçamentária – 2024

	Previsão inicial	Previsão atualizada	Execução
Receita (R\$)	46.665.467,16	81.986.813,70	69.091.503,84
Despesa (R\$)	46.665.467,16	88.929.584,97	68.896.340,68

FONTE: TCE-PR

NOTA: Foram consideradas as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas.

O Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual estão indicados no **Quadro 6**:

Quadro 6 - Instrumentos de Planejamento Orçamentário

Instrumento	Normativa	Link
Plano Plurianual (PPA)	Lei 681/2021	-
Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)	Lei 764/2023	-
Lei Orçamentária Anual (LOA)	Lei 799/2023	-

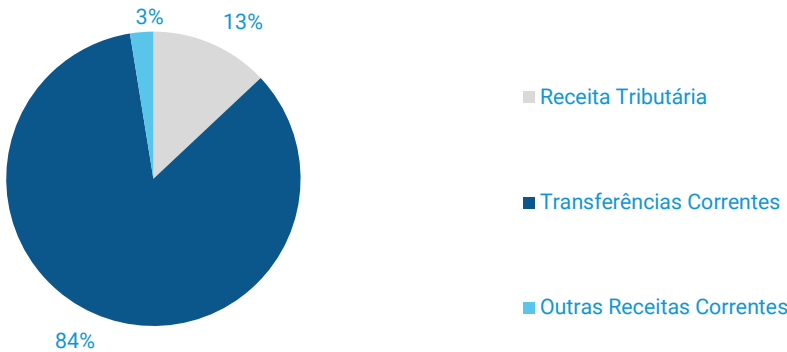
FONTE: TCE-PR

Nota: Os links relativos ao Plano Plurianual, à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual foram encaminhados pelo município no âmbito do processo de coleta de informações na forma do artigo 5º, inciso II, da Instrução Normativa n.º 172/2022, de modo que a veracidade e a integridade das informações são de responsabilidade exclusiva do ente municipal.

No ano de 2024, o MUNICÍPIO DE IMBAÚ arrecadou uma receita orçamentária corrente de **R\$ 64.040.098,65**, sendo **R\$ 54.086.714,51 (84,46%)** provenientes de fontes externas.

O **Gráfico 11** ilustra a proporção da **receita tributária municipal** e das **transferências correntes recebidas** frente ao total de receitas correntes do Município no ano de 2024:

Gráfico 11 - Proporção da receita tributária municipal e das transferências correntes recebidas frente ao total de receitas correntes do Município – 2024



Fonte: TCE-PR

As **Tabelas 22 e 23** permitem observar, respectivamente, as principais receitas que compuseram a receita de impostos e as transferências correntes municipais no ano de 2024:

Tabela 22 - Composição das principais Receitas de Impostos - 2024

Descrição	Valor (R\$)	%
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	2.461.779,68	33,15
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)	1.416.811,28	19,08
Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)	393.975,07	5,30
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)	3.153.949,76	42,47
Total	7.426.515,79	100,00

FONTE: TCE-PR

Tabela 23 - Composição da Receita de Transferências Correntes Líquida - 2024

Descrição	Valor (R\$)	%
Cota-Parte FPM	32.055.014,07	51,42
Transferências SUS	3.558.500,02	5,71
Transferências FNDE	1.119.991,94	1,80
Cota-parte do ICMS	9.737.329,10	15,62
Cota-parte do IPVA	2.050.761,43	3,29
Transferências Estaduais para Saúde	577.351,04	0,93
Transferências do Fundeb	11.293.756,00	18,12
Outras Transferências	1.951.655,06	3,13
Total de Transferências Correntes	62.344.358,66	100,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	(-) 8.257.644,15	-
Total Apurado	54.086.714,51	-

FONTE: TCE-PR

Clicando nos botões ou escaneando os QR Codes abaixo disponibilizados, é possível ter acesso aos relatórios exigidos pela LRF e às demonstrações contábeis do município (Balanços Financeiro, Orçamentário e Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais):



Relatórios da LRF



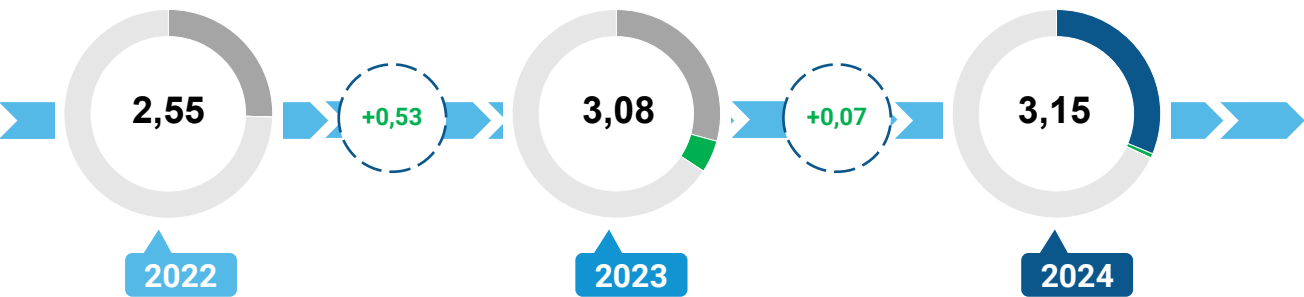
Demonstrações Contábeis

3.1.5.2. Resultados da Avaliação da Atuação Governamental na Área da Administração Financeira

Este item se propõe a aferir as ações e iniciativas do governo municipal que contribuíram para uma **condição financeira sustentável** a fim de garantir a continuidade da prestação adequada de serviços públicos.

Com base nas informações fornecidas pelos interlocutores municipais, a atuação do governo municipal de IMBAÚ na área da Administração Financeira alcançou a pontuação de **3,15** em 2024, o que representou uma **variação positiva de 0,07 pontos com relação ao ano de 2023**, conforme ilustra o **Gráfico 12**:

Gráfico 12 – Resultados da atuação governamental na área da Administração Financeira entre os anos de 2022 e 2024



FONTE: TCE-PR

Os resultados obtidos entre os anos de 2022 e 2024 estão detalhados por questão na **Tabela 24**:

Tabela 24 - Resultado obtido pelo Governo Municipal na Área da Administração Financeira detalhado por questão

Questão	Aspectos abordados	2022	2023		2024	
		Nota	Nota	Variação	Nota	Variação
 Elaboração do planejamento orçamentário	Questões relacionadas com o processo de elaboração e de divulgação dos instrumentos de planejamento orçamentário.	3,2	2,6	-0,6	3,2	+0,6
 Revisão do planejamento orçamentário	Questões relacionadas com o processo de revisão e monitoramento dos instrumentos de planejamento orçamentário.	0,8	0,0	-0,8	0,0	0,0
 Execução da despesa orçamentária	Questões relacionadas com o empenho, a liquidação e o pagamento de despesas orçamentárias.	1,9	0,6	-1,3	0,6	0,0
 Obrigações financeiras	Questões relacionadas com o reconhecimento e a transparência dos passivos patrimoniais.	1,4	0,6	-0,8	3,8	+3,2
 Arrecadação tributária	Questões relacionadas com a gestão de tributos municipais, com ênfase em aspectos gerais e de arrecadação de impostos.	2,4	3,7	+1,3	3,6	-0,1
 Dívida ativa	Questões relacionadas com o reconhecimento e a transparência da dívida ativa.	2,5	4,9	+2,4	5,9	+1,0
 Sistemas de informação	Questões que avaliam o atendimento a requisitos gerais, contábeis e de segurança pelo sistema de administração financeira e orçamentária.	6,7	10,0	+3,3	5,9	-4,1
 Gestão de pessoas	Questões relacionadas com a gestão de pessoas nos órgãos de administração tributária, controle interno e contabilidade.	1,5	2,2	+0,7	2,2	0,0

FONTE: TCE-PR

O resultado da Atuação Governamental na área da Administração Financeira no ano de 2024 foi obtido com base nas informações fornecidas pelos **interlocutores** municipais listados na **Tabela 25**:

Tabela 25 - Interlocutores municipais da área da Administração Financeira

Interlocutor	Cadastros	Respostas
Contador Municipal	1	1
Secretário Municipal ou equivalente	1	1
Servidor Responsável pelo setor tributário do município	1	1
Servidor Responsável pelo setor da dívida ativa municipal	1	1

FONTE: TCE-PR

Os interlocutores se manifestaram sobre os diversos pontos da gestão municipal na área da Administração Financeira por meio de resposta a formulários durante o período de 01/11/2024 a 05/12/2024.

O conteúdo dos formulários encaminhados aos interlocutores da área da Administração Financeira consta do [Anexo I](#) da Nota Técnica n.º 31/2024, emitida pela Coordenadoria-Geral de Fiscalização.



Para consultar os resultados na íntegra, escaneie o código ao lado ou acesse:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiYzViMTVjZDctNzFhNS00M2NhLTg1ZDQtMWRiMmRkYWZhNjBkliwidCI6ImY3MGEwYWY2LWRhMGYtNDViZS1iN2VkLTlmOGMxYjI0YmZkZilsImMiOjR9>

Conclusão sobre a atuação do Governo Municipal na área da Administração Financeira

Tendo em vista que o grau de atendimento das ações do governo municipal na Avaliação da Atuação Governamental para a área da Administração Financeira no ano de 2024 **não apresentou variação em relação ao ano anterior passível de enquadramento nos vetores indicados no Anexo II da Instrução Normativa n.º 172/2022**, bem como não foram verificadas outras situações relevantes, considera-se o tópico como **atendido**.

3.1.6. Considerações adicionais sobre os resultados da Avaliação da Atuação Governamental

Na Avaliação da Atuação Governamental, realizada com base na IN n.º 172/2022, os resultados apurados foram os seguintes:

Área	Média 2022	IMBAÚ 2022	Média 2023	IMBAÚ 2023	Média 2024	IMBAÚ 2024
Administração financeira	3,1	2,55	3,9	3,08	4,4	3,15 (+2,27%)
Assistência Social	4,6	3,60	5,5	3,41	6,1	3,19 (-6,45%)
Educação	6,6	6,05	7,0	6,51	7,0	7,04 (+8,14%)
Previdência	4,3	-	5,0	-	5,7	-
Saúde	6,7	7,90	7,4	7,58	7,2	7,70 (+1,58%)
Transparência e Relacionamento	4,9	2,37	5,6	2,88	6,1	3,33 (+15,63%)

As avaliações de desempenho governamental realizadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), por meio do Programa de Avaliação e Monitoramento da Gestão Governamental (PROGOV), transcendem a mera verificação de conformidade formal. Seu propósito é analisar a **efetividade das políticas públicas e o impacto real na vida dos cidadãos, fomentando um ciclo contínuo de aprendizado, aprimoramento e transparência**. Compreende-se que, em um ambiente de gestão complexo, oscilações nos indicadores, sejam positivas ou negativas, são inerentes ao processo e não devem ser sumariamente penalizadas.

Entende-se que a gestão municipal opera em um ambiente complexo e em constante mudança. Por isso, é natural que os indicadores de desempenho apresentem "oscilações", ou seja, variações para cima ou para baixo. Essas oscilações são inerentes ao processo e não devem ser, por si só, motivo para penalização imediata. O PROGOV foi desenhado para ser uma ferramenta de aprimoramento, permitindo que a administração identifique pontos fortes, corrija falhas e, ao mesmo tempo, sirva como um incentivo à responsabilidade fiscal e à entrega de serviços de qualidade.

Para auxiliar nesta análise e garantir objetividade, o próprio Tribunal estabeleceu critérios claros na **Instrução Normativa n.º 172/2022**, especialmente em seu Anexo II, que define os "vetores referenciais da evolução da implementação de políticas públicas". Esses vetores nos ajudam a entender quando uma variação negativa é relevante o suficiente para demandar uma ressalva ou até mesmo a irregularidade das contas. De forma didática, podemos resumir assim:

- **Vetor 1:** Uma situação onde a **nota de desempenho já é baixa** (inferior à média dos municípios paranaenses ou a 5,00) e ainda por cima há uma **queda de 5% ou mais** em relação ao ano anterior. Isso indica que um problema existente está se agravando.
- **Vetor 2:** Uma situação onde a **nota de desempenho é considerada alta** (superior à média ou a 5,00), mas sofre uma **queda acentuada, igual ou superior a 15%**. Isso aponta para uma área que estava bem e teve uma deterioração significativa.
- **Vetor 3:** Uma situação onde a **nota de desempenho é muito baixa** (inferior a 30% da média ou a 3,50) e a **variação é quase nula** (decréscimo inferior a 5% ou acréscimo menor que 5%). Isso demonstra uma estagnação em um patamar crítico, sem perspectivas de melhora.

A **reincidência** de qualquer um desses vetores (ou seja, se a mesma situação se repete) durante a mesma gestão do Prefeito Municipal pode, então, levar à indicação de irregularidade das contas.

Ao aplicar essa metodologia aos resultados do Município de Imbaú para o exercício de 2024, observamos um cenário que, em termos gerais, requer atenção.

Em que pese a importância do PROGOV ser um estímulo ao aprimoramento, é notável que o crescimento e a melhoria das avaliações do município ao longo dos últimos três anos (2022, 2023 e 2024) têm sido modestos. Mais importante ainda, **com exceção da área da Saúde**, que alcançou uma avaliação de 7,70 pontos em 2024, todas as demais avaliações das políticas públicas municipais (Educação, Assistência Social, Transparência e Relacionamento com o Cidadão, e Administração Financeira) se encontram **abaixo da média estadual**. Essa constatação indica que há um espaço considerável para que o município intensifique seus esforços na implementação das obrigações legais mínimas e na busca por melhores resultados que são objeto dessas avaliações.

A situação mais crítica e que se destaca nesta análise refere-se à **área da Assistência Social**. Os dados de 2024 revelam uma pontuação de **3,19**, que já é um resultado bastante baixo. Essa pontuação representa uma variação negativa de **0,22 pontos** em relação a 2023 (quando foi 3,41) e de **0,41 pontos** em relação a 2022 (quando foi 3,60). Essa **redução em dois anos subsequentes** em uma área com avaliação já fragilizada demonstra uma contínua deterioração na identificação e prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social. Ao considerar essa situação, a atuação governamental na área da Assistência Social se enquadra no **Vetor 1 da Instrução Normativa n.º 172/2022**, já que a nota de desempenho é inferior à média estadual e sofreu uma queda.

Mais alarmante ainda, e conforme as diretrizes do Tribunal, a **reincidência de desempenho insatisfatório e em declínio** na Assistência Social nos últimos anos impõe uma conclusão mais severa. A persistência de um cenário de baixa performance e variação negativa configura um padrão que se qualifica para a aplicação do **Vetor 2, B**, em razão da situação reiterada de declínio que leva à irregularidade. Ou seja, a Assistência Social de Imbaú não apenas apresenta uma avaliação bastante baixa, como também vem piorando ano a ano, atingindo um ponto que não pode ser mais considerado uma "oscilação" aceitável.

Assim, diante da contínua e acentuada deterioração da atuação governamental na área da Assistência Social, caracterizada por uma avaliação persistentemente baixa e em declínio por dois anos consecutivos, o que se enquadra nos critérios de representatividade definidos pela Instrução Normativa n.º 172/2022, impõe-se o julgamento pela **irregularidade** das contas neste Parecer Prévio, especificamente em relação a este ponto.

Ademais, acolhendo em termos a proposição ministerial contida no **Parecer - 872/25 - 7PC (peça 24)**, proponho seja emitida recomendação ao Município para que, ao final de cada exercício, divulgue, em seu Portal da Transparência, o competente Relatório de Controle Interno Anual abrangendo todas as ações empreendidas e áreas objeto de acompanhamento, detalhando a formação acadêmica do respectivo Controlador, para o ulterior fim de oportunizar aos cidadãos e a este órgão de controle externo o amplo acesso às informações relativas à conformidade, eficiência e legalidade da gestão administrativa e financeira.

3.2. Análise da Execução Orçamentária e Financeira

Este item se destina à análise da conformidade da execução orçamentária e financeira dos recursos municipais durante o ano de 2024, de acordo com o escopo estabelecido no Anexo I da Instrução Normativa n.º 172/2022, resumido no Quadro 7:

Quadro 7 - Escopo de Análise que fundamenta o Opinativo sobre a Execução Orçamentária e Financeira

Grupo de Análise	Itens de Análise	Fundamento legal
1. Controle Interno	1.1. Encaminhamento da declaração de ciência do relatório anual de Controle Interno.	Lei Complementar Estadual n.º 113, de 2005, art. 7º.
2. Aplicação no ensino básico	2.1. Aplicação do índice mínimo de 25% em manutenção e desenvolvimento da educação básica municipal.	Constituição Federal, art. 212.
	2.2. Aplicação de no mínimo 70% dos recursos do FUNDEB na remuneração dos profissionais da educação básica.	Lei Federal n.º 14.113, de 2020, art. 26.
	2.3. Aplicação de no mínimo 90% dos recursos do FUNDEB no exercício da arrecadação.	Lei Federal n.º 14.113, de 2020, art. 25, caput, e § 3º.
	2.4. Aplicação de no mínimo 15% do valor da complementação do Valor Anual Total por Aluno (VAAT) em despesas de capital.	Lei Federal n.º 14.113, de 2020, art. 27.
	2.5. Aplicação de no mínimo 50% da complementação do Valor Anual Total por Aluno (VAAT) na educação infantil.	Lei Federal n.º 14.113, de 2020, art. 28.
3. Aplicação em ações de saúde	3.1. Aplicação do índice mínimo de 15% em serviços e ações de saúde pública.	Constituição Federal, art. 198. Lei Complementar Federal n.º 141, de 2012, art. 7º.
4. Gestão Fiscal	4.1. Limite de despesas com pessoal – retorno ao limite e/ou redução de 1/3 nos prazos legais.	Lei Complementar Federal n.º 101, de 2000, art. 23.
	4.2. Limite para a Dívida Consolidada – retorno ao limite e/ou redução de 25% nos prazos legais.	Resolução Senado Federal n.º 40, de 2001, art. 3º, II. Lei Complementar Federal n.º 101, de 2000, arts. 30, I, e 31. Constituição Federal, art. 52, VI.
	4.3. Resultado orçamentário/financeiro de fontes não vinculadas a programas, convênios, operações de créditos e RPPS.	Lei Complementar Federal n.º 101, de 2000, arts. 1º, § 1º, e 13.
	4.4. Obrigações de despesas contraídas nos últimos dois quadrimestres do mandato que tenham parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa.	Lei Complementar Federal n.º 101, de 2000, art. 42.
5. Gestão do Regime Próprio de Previdência Social	5.1. Encaminhamento da Lei Municipal que institui o Plano de Equacionamento do Déficit Atuarial.	Lei Federal n.º 9.717, de 1998, art. 9º. Portaria MF n.º 464, de 2018, art. 53, § 6º.
	5.2. Pagamento de aportes para cobertura do déficit atuarial na forma apurada no laudo atuarial.	Lei Federal n.º 9.717, de 1998, art. 9º. Portaria MPS n.º 464, de 2018, arts. 53, § 1º, e 55.

FONTE: TCE-PR

3.2.1. Encaminhamento da declaração de ciência do relatório anual de Controle Interno.

A fiscalização do Município é exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei, nos termos do *caput* do artigo 18 da Constituição do Estado do Paraná.

O Sistema de Controle Interno do MUNICÍPIO DE IMBAÚ contou com o(s) seguinte(s) responsável(is) durante o ano de 2024:

Quadro 8 - Responsável(is) pelo Sistema de Controle Interno em 2024

Nome	Início	Final
CARLITO ANTUNES	27/04/22	31/12/25

FONTE: TCE-PR

Por meio do documento acostado à peça 4 deste processo, é possível observar que o prefeito municipal atestou expressamente ter conhecimento sobre as conclusões trazidas no **Relatório Anual de Controle Interno** elaborado pelo Controlador Geral do Município (ou cargo equivalente).

Dessa forma, conclui-se que o **governo municipal cumpriu o disposto no artigo 7º da Lei Complementar Estadual n.º 113, de 2005.**⁹

⁹ “Art. 7º Os gestores emitirão sobre as contas e o parecer do controle interno, pronunciamento expresso e indelegável, nos quais atestarão haver tomado conhecimento das conclusões neles contidas.”

3.2.2. Aplicação no Ensino Básico

3.2.2.1. Aplicação do índice mínimo de 25% em manutenção e desenvolvimento da educação básica municipal

O Município aplicou o montante de **R\$ 13.336.516,15** em **Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)**¹⁰, o que representou **25,79%** da receita proveniente de impostos e transferências, conforme demonstrado na **Tabela 26**:

Tabela 26 - Cálculo da aplicação da receita de impostos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – 2024

Especificação	Valor (R\$)
1. Receita de impostos líquida e transferências constitucionais e legais	51.713.095,02
2. Despesas com MDE para fins de apuração do limite mínimo (2.1 + 2.2)	13.782.611,45
2.1. Custeadas com FUNDEB - impostos e transferências de impostos	8.257.644,87
2.2. Custeadas com receita de impostos (exceto FUNDEB)	5.524.966,58
3. Total das deduções consideradas para fins de limite constitucional	446.095,30
4. Total das despesas para fins de limite (2 - 3)	13.336.516,15
Percentual de aplicação em MDE sobre a receita de impostos líquida e transferências constitucionais e legais (4 ÷ 1)	25,79%

FONTE: TCE-PR

Considerando que o artigo 212 da Constituição Federal determina que os Municípios apliquem anualmente, no mínimo, 25% da receita de impostos, inclusive transferências, na Manutenção e no Desenvolvimento do Ensino, conclui-se que **o MUNICÍPIO DE IMBAÚ cumpriu o percentual previsto na norma constitucional.**

¹⁰ De acordo com o artigo 70 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, são consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis.

3.2.2.2. Aplicação dos percentuais mínimos dos recursos do FUNDEB

No ano de 2024, o MUNICÍPIO DE IMBAÚ obteve o total de **R\$ 11.386.464,03** em receitas transferidas por meio do **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)**.

As regras estabelecidas no artigo 212-A, inciso XI e § 3º, da Constituição Federal e no artigo 25, § 3º, da Lei Federal n.º 14.113, de 25 de dezembro de 2020, determinam que os municípios devem aplicar os seguintes percentuais mínimos dos recursos do Fundeb: 70% na remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício; 90% no exercício financeiro em que foram transferidos; 15% da complementação Valor Anual Total por Aluno - VAAT em despesas de capital e 50% da complementação VAAT na educação infantil¹¹.

A **Tabela 27** demonstra a situação do Município frente às regras de aplicação dos recursos do Fundeb em 2024:

Tabela 27 - Cálculo da aplicação mínima de recursos do Fundeb – 2024

Especificação	Valor aplicado (R\$)	Percentual mínimo	Situação
1. Receitas totais transferidas pelo Fundeb (1.1 + 1.2 + 1.3)	11.386.464,03	-	-
1.1. Receitas de transferências do Fundeb - Impostos e Transferências de Impostos	11.384.988,50	-	-
1.2. Receitas de transferências do Fundeb - Complementação da União – VAAT (1)	0,00	-	-
1.3. Receitas de transferências do Fundeb - Complementação da União – VAAF (2)	0,00	-	-
2. Valor transferido que foi aplicado na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	8.638.350,74	-	-
2.1. Percentual de recursos transferidos pelo Fundeb que foram aplicados na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica (2 ÷ 1)	75,87%	70,0%	Cumpriu
3. Valor transferido que não foi utilizado no exercício	607.485,08	-	-
3.1. Percentual de recursos transferidos pelo Fundeb que foram utilizados no exercício 100 - (3 ÷ 1)	94,66%	90,0%	Cumpriu
4. Valor relativo à complementação VAAT que foi aplicado em despesas de capital	0,00	-	-
4.1. Percentual de recursos relativo à complementação VAAT que foi aplicado em despesas de capital (4 ÷ 1.2)	0,00%	0,00%	Não aplicável
5. Valor relativo à complementação VAAT que foi aplicado na educação infantil	0,00	-	-
5.1. Percentual de recursos relativo à complementação VAAT que foi aplicado na educação infantil (5 ÷ 1.2)	0,00%	0,00%	Não aplicável

FONTE: TCE-PR

(1) Valor Anual Total por Aluno

(2) Valor Anual por Aluno

Considerando os cálculos apresentados por meio da tabela acima, conclui-se que **o MUNICÍPIO DE IMBAÚ cumpriu as regras de aplicação dos recursos do Fundeb no ano de 2024.**

¹¹ No caso dos percentuais sobre os recursos transferidos a título de VAAT, a regra se aplica somente aos municípios que receberam essa complementação em 2024.

3.2.3. Aplicação do índice mínimo de 15% em serviços e ações de saúde pública

O Município aplicou o montante de **R\$ 8.943.536,44** em **Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)**, o que representou **18,36%** da receita proveniente de impostos e transferências, conforme demonstrado na **Tabela 28**:

Tabela 28 - Cálculo de aplicação da receita de impostos em Ações e Serviços Públicos de Saúde – 2024

Especificação	Valor
1. Total das receitas resultantes de impostos (1) e transferências constitucionais e legais (2)	48.714.740,15
2. Despesas com ASPS	9.016.813,72
3. Total das deduções consideradas para fins de limite constitucional (3.1 + 3.2 + 3.3)	73.277,28
3.1. Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira	73.277,28
3.2. Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores	0,00
3.3. Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados	0,00
4. Total das despesas com ASPS para fins de apuração do limite mínimo (2 - 3)	8.943.536,44
5. Percentual de aplicação em ASPS sobre a receita de impostos líquida e transferências constitucionais e legais (4 ÷ 1)	18,36%

FONTE: TCE-PR

(1) IPTU, ITBI, ISS, IRPF retido na fonte, com seus respectivos juros, multas, dívida ativa e outros encargos.

(2) Cota-Parte: FPM, ITR, IPVA, ICMS, IPI-Exportação, e Compensações financeiras provenientes dos impostos e transferências constitucionais.

Considerando que o artigo 198, § 2º, inciso III, da Constituição Federal c/c o artigo 7º, caput, da Lei Complementar Federal n.º 141, de 13 de janeiro de 2012, determinam que os Municípios apliquem anualmente, no mínimo, 15% da receita de impostos, inclusive transferências, em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), conclui-se que **o MUNICÍPIO DE IMBAÚ cumpriu o percentual previsto na norma constitucional.**

3.2.4. Gestão Fiscal

3.2.4.1. Resultado Financeiro de fontes não vinculadas

Com o objetivo de avaliar o equilíbrio fiscal do Município e considerando o artigo 1º, § 1º, da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) e o artigo 48, alínea “b”, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, as **Tabelas 29 e 30** demonstram o cálculo do **resultado financeiro de fontes não vinculadas** a programas, convênios, operações de crédito e ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS):

A **Tabela 29** evidencia o resultado orçamentário e financeiro de fontes não vinculadas a programas, convênios, operações de crédito e ao RPPS da **Administração Direta do Poder Executivo**¹².

Tabela 29 – Resultado orçamentário e financeiro de fontes não vinculadas a programas, convênios, operações de crédito e ao RPPS da Administração Direta – 2021 a 2024

Descrição	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%
1 – Receita Total	36.172.732,26	100,00	41.854.908,91	100,00	47.996.625,55	100,00	58.031.555,05	100,00
2 – Resultado do Exercício ¹³	-2.326.504,89	-6,43	35.154,04	0,08	-1.418.873,07	-2,96	2.865.564,04	4,94
3 – Superávit/Déficit do Exercício Anterior	4.158.993,18	11,50	1.832.488,29	4,38	1.867.642,33	3,89	448.769,26	0,77
4 – Total do Ativo Realizável	270.450,66	0,75	272.593,19	0,65	272.994,64	0,57	274.363,52	0,47
5 – Resultado Financeiro Acumulado do Exercício (2+3-4)	1.562.037,63	4,32	1.595.049,14	3,81	175.774,62	0,37	3.039.969,78	5,24

FONTE: TCE-PR

A **Tabela 30** demonstra o resultado financeiro de fontes não vinculadas a programas, convênios, operações de crédito e ao RPPS **consolidado**¹⁴.

Tabela 30 - Resultado financeiro de fontes não vinculadas a programas, convênios, operações de crédito e ao RPPS consolidado – 2021 a 2024

Descrição	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%
1 - Resultado Financeiro dos Recursos Ordinários / Livres	58.228,53	0,16	-66.900,73	-0,16	-2.318.031,19	-4,83	-33.922,24	-0,06
2 - Resultado Financeiro das Transferências do FUNDEB	460.520,57	1,27	61.801,66	0,15	-45.198,74	-0,09	285.621,98	0,49
3 - Resultado Financeiro das Alienação de Bens	61.794,70	0,17	215.416,54	0,51	156.467,20	0,33	93.315,93	0,16

¹² A Administração Direta é composta pelos órgãos que integram as pessoas federativas e que exercem, de forma centralizada, as atividades administrativas do ente. No âmbito municipal, ela é formada pela Prefeitura, pelos órgãos de apoio direto ao Prefeito e pelas secretarias municipais, incluindo suas estruturas internas.

¹³ O Resultado Orçamentário Ajustado do Exercício considera o resultado orçamentário do exercício, assim como as interferências financeiras, cancelamentos de restos a pagar, inscrição/baixa de realizável por cisão, fusão ou extinção e despesas não empenhadas no exercício.

¹⁴ O Resultado Financeiro consolidado considera, além do Resultado Financeiro da Administração Direta, o Resultado Financeiro das entidades pertencentes à Administração Indireta, tais como autarquias, fundações e empresas estatais dependentes.

4 - Resultado Financeiro dos Contratos de Rateio de Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 - Resultado Financeiro do Apoio Financeiro aos Municípios – AFM	-129.378,40	-0,36	3.000,15	0,01	620.078,35	1,29	13.306,36	0,02
6 - Resultado Financeiro das Outras Origens	1.110.872,23	3,07	1.381.731,52	3,30	1.762.459,00	3,67	2.681.647,75	4,62
7 - Resultado financeiro de fontes não vinculadas a programas, convênios, operações de crédito e ao RPPS	1.562.037,63	4,32	1.595.049,14	3,81	175.774,62	0,37	3.039.969,78	5,24
8 - Receita Total de fontes não vinculadas a programas, convênios, operações de crédito e ao RPPS	36.172.732,26	100,00	41.854.908,91	115,71	47.996.625,55	132,69	58.031.555,05	160,43

FONTE: TCE-PR

No exercício em análise, apurou-se que o **MUNICÍPIO DE IMBAÚ** alcançou resultado financeiro acumulado positivo (Tabela 30, linha 7). Dessa forma, conclui-se que o governo municipal cumpriu os artigos 1º, § 1º, da LRF e 48, alínea b, da Lei Federal n.º 4.320/64

3.2.4.2. Limite de despesas com pessoal – retorno ao limite e/ou redução de 1/3 nos prazos legais

De acordo com o artigo 23 da LRF, caso a **despesa com pessoal** do poder executivo municipal ultrapasse o limite de **54% da Receita Corrente Líquida (RCL)**, o percentual excedente deve ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro¹⁵.

Por meio da **Tabela 31**, é possível observar que não havia necessidade de redução ou retorno ao limite das despesas com pessoal em 2024. Dessa forma, conclui-se que **este item de análise não é aplicável ao MUNICÍPIO DE IMBAÚ para o exercício financeiro de 2024**.

Tabela 31 - Cálculo da despesa com pessoal

Data-base	Receita Corrente Líquida Ajustada (R\$)	Despesa total com Pessoal (R\$)	% Despendido	Situação de alerta
30/06/2022	42.355.900,55	20.714.938,43	48,91	Alerta 90%
31/12/2022	44.507.958,62	23.629.513,05	53,09	Alerta 95%
30/06/2023	46.081.736,00	26.176.189,39	56,80	Extrapolação
31/12/2023	52.079.449,45	26.737.655,25	51,34	Alerta 95%
30/06/2024	58.900.819,61	26.500.769,89	44,99	Normal
31/12/2024	62.270.149,97	26.853.842,52	43,12	Normal

FONTE: TCE-PR

3.2.4.3. Limite para a Dívida Consolidada – retorno ao limite e/ou redução de 25% nos prazos legais

De acordo com o artigo 31 da LRF, caso a **dívida consolidada** municipal ultrapasse o limite de **120% da Receita Corrente Líquida (RCL)**, o percentual excedente deve ser eliminado até o término dos três quadrimestres subsequentes, sendo pelo menos 25% no primeiro.

A **Tabela 32** demonstra que não havia necessidade de redução ou retorno ao limite da dívida consolidada líquida em 2024. Dessa forma, conclui-se que **este item de análise não é aplicável ao MUNICÍPIO DE IMBAÚ para o exercício financeiro de 2024**.

Tabela 32 - Dívida consolidada

Data-Base	Receita Corrente Líquida	Dívida consolidada líquida	% da DCL	Situação
31/12/2021	38.672.162,62	-10.541.148,51	-27,26	Normal
30/06/2022	42.575.900,55	-5.720.838,70	-13,44	Normal
31/12/2022	44.671.520,62	321.646,15	0,72	Normal
30/06/2023	46.426.853,54	5.288.571,84	11,39	Normal
31/12/2023	52.461.644,99	752.164,75	1,43	Normal
30/06/2024	59.304.787,61	-6.978.933,53	-11,77	Normal
31/12/2024	62.699.397,97	-6.400.905,34	-10,21	Normal

FONTE: TCE-PR

Nota: caso a Dívida Consolidada Líquida apresente valor negativo, é devido ao fato de as disponibilidades líquidas serem superiores e suficientes para o pagamento da dívida consolidada do Município.

¹⁵ Conforme os artigos 65 e 66 da LRF, em caso de período de baixo crescimento do PIB, os prazos para o retorno das despesas com pessoal são duplicados e, em caso de ocorrência de calamidade pública reconhecida pela Assembleia Legislativa, os prazos ficam suspensos enquanto perdurar a situação.

3.2.4.4. Obrigações de despesas contraídas nos últimos dois quadrimestres

A LRF, em seu art. 42, veda que o chefe do poder executivo contraia **obrigação de despesa que não possa ser integralmente cumprida dentro do exercício** nos últimos dois quadrimestres do seu mandato ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para o cumprimento dessas obrigações.

Tabela 33 – Demonstrativo da Disponibilidade Líquida

Descrição	Valor em 30/04	Valor em 31/12
1. Total do Ativo Financeiro	15.473.670,71	12.908.476,36
1.1 1.1 Recursos Vinculados	12.882.291,24	11.046.595,73
1.2 Recursos Não Vinculados	2.591.379,47	1.861.880,63
2. Total do Ativo Realizável	272.893,61	274.363,52
2.1 Recursos Vinculados	2.381,22	2.457,74
2.2 Recursos Não Vinculados	270.512,39	271.905,78
3. Saldo da Fonte Receita de Extinção da Entidade Previdenciária	0,00	0,00
3.1 Recursos Vinculados	0,00	0,00
3.2 Recursos Não Vinculados	0,00	0,00
4. Total do Ativo Financeiro Ajustado (1. - 2. - 3.)	15.200.777,10	12.634.112,84
4.1 Recursos Vinculados (1.1. - 2.1. - 3.1.)	12.879.910,02	11.044.137,99
4.2 Recursos Não Vinculados (1.2. - 2.2. - 3.2.)	2.320.867,08	1.589.974,85
5. Total dos Restos a Pagar e Contas a Pagar Processados	2.510.922,01	1.165.794,66
5.1 Recursos Vinculados	997.342,09	288.439,35
5.2 Recursos Não Vinculados	1.513.579,92	877.355,31
6. Total dos Valores Restituíveis	229.975,85	604.631,48
6.1 Recursos Vinculados	229.975,85	604.631,48
6.2 Recursos Não Vinculados	0,00	0,00
7. Total dos Restos a Pagar e Contas a Pagar Não Processados	1.977.958,87	2.513.412,58
7.1 Recursos Vinculados	647.648,19	1.766.870,80
7.2 Recursos Não Vinculados	1.330.310,68	746.541,78
8. Total de Contas Pendentes	0,00	0,00
8.1 Recursos Vinculados	0,00	0,00
8.2 Recursos Não Vinculados	0,00	0,00
9. Passivo Financeiro Vinculado a Fonte Receita de Extinção da Entidade Previdenciária	0,00	0,00
9.1 Recursos Vinculados	0,00	0,00
9.2 Recursos Não Vinculados	0,00	0,00
10. Passivo do Financeiro Ajustado (5.+ 6. + 7. + 8. - 9.)	4.718.856,73	4.283.838,72
10.1. Recursos Vinculados (5.1. + 6.1. + 7.1. + 8.1 - 9.1)	1.874.966,13	2.659.941,63
10.2. Recursos Não Vinculados (5.2. + 6.2. + 7.2. + 8.2 - 9.2)	2.843.890,60	1.623.897,09
11. Disponibilidade Líquida (4 - 10)	10.481.920,37	8.350.274,12
11.1. Recursos Vinculados (4.1. - 10.1.)	11.004.943,89	8.384.196,36
11.2. Recursos Não Vinculados (4.2. - 10.2.)	-523.023,52	-33.922,24

FONTE: TCE-PR

A **Tabela 34** evidencia que ao final do exercício financeiro de 2024 houve **déficit na(s) origem(ns) de recurso(s): Recursos Ordinários / Livres**.

Tabela 34 - Resultado Financeiro por origens de recursos - 2024

Descrição	Ativo Financeiro (a)	Passivo Financeiro (b)	Contas Pendentes (c)	Realizável (d)	Resultado Estatal (e)	Resultado Financeiro em 31/12 (g = a - b - c - d + e)
Grupo de Recursos Não Vinculados	1.861.880,63	1.623.897,09	0,00	271.905,78	0,00	-33.922,24
Recursos Ordinários / Livres	1.861.880,63	1.623.897,09	0,00	271.905,78	0,00	-33.922,24
Grupo de Recursos Vinculados	11.046.595,73	2.659.941,63	0,00	2.457,74	0,00	8.384.196,36
Transferências do FUNDEB	523.747,72	235.668,00	0,00	2.457,74	0,00	285.621,98
Transferências Voluntárias	2.574.665,82	1.017.667,73	0,00	0,00	0,00	1.556.998,09
Alienação de Bens	93.315,93	0,00	0,00	0,00	0,00	93.315,93
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos de Rateio de Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Programas	3.255.554,76	323.793,01	0,00	0,00	0,00	2.931.761,75
Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas/Transferências Voluntárias Anteriores a 2013 Reclassificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Emendas Parlamentares	844.011,18	46.154,00	0,00	0,00	0,00	797.857,18
Apoio Financeiro aos Municípios - AFM	379.872,36	366.566,00	0,00	0,00	0,00	13.306,36
Cessão Onerosa - Pré-Sal	9.989,03	0,00	0,00	0,00	0,00	9.989,03
Valores Restituíveis	618.329,77	604.631,48	0,00	0,00	0,00	13.698,29
Outras Origens	2.747.109,16	65.461,41	0,00	0,00	0,00	2.681.647,75

FONTE: TCE-PR

Nota: O resultado financeiro negativo relacionado aos recursos cujas origens sejam Transferências Voluntárias, Operações de Crédito e Regime Próprio de Previdência não será considerado como uma restrição na avaliação do artigo 42 da LRF, conforme art. 6º, Parágrafo Único da IN n.º 186/2024 deste Tribunal de Contas.

Por meio da **Tabela 35**, é possível constatar que o **limite de despesa de maio a dezembro não foi respeitado** em relação à(s) origem(ns) de recurso(s) **Recursos Ordinários / Livres**.

Tabela 35 - Cálculo do limite da despesa nos últimos 2 quadrimestres - 2024

Descrição	Result. Financeiro em 30/04 (a)	Eventos Extraorçam. (b)	Resultado ajustado (c = a + b)	Receita líquida de maio a dezembro (d)	Limite de Despesa de maio a dezembro (e = c + d)	Empenho de maio a dezembro (f)	Resultado Financeiro em 31/12 (h = e - f - g)
Grupo de Recursos Não Vinculados	-252.511,13	-1.633.402,10	-1.885.913,23	30.532.126,29	28.646.213,06	28.680.135,30	-33.922,24
Recursos Ordinários / Livres	-252.511,13	-1.633.402,10	-1.885.913,23	30.532.126,29	28.646.213,06	28.680.135,30	-33.922,24
Grupo de Recursos Vinculados	11.007.325,11	184.109,33	11.191.434,44	17.619.573,64	28.811.008,08	20.426.811,72	8.384.196,36
Transferências do FUNDEB	676.416,58	-2.457,74	673.958,84	7.467.121,54	8.141.080,38	7.855.458,40	285.621,98
Transferências Voluntárias	2.935.159,63	67.783,18	3.002.942,81	3.895.199,43	6.898.142,24	5.341.144,15	1.556.998,09
Alienação de Bens	87.290,46	0,00	87.290,46	6.037,48	93.327,94	12,01	93.315,93
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	84.300,00	84.300,00	84.300,00	0,00
Contratos de Rateio de Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Programas	3.776.877,16	101.882,22	3.878.759,38	2.660.813,87	6.539.573,25	3.607.811,50	2.931.761,75
Antecipação da Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas/Transferências Voluntárias Anteriores a 2013 Reclassificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Emendas Parlamentares	1.012.943,07	2.535,64	1.015.478,71	2.159.451,36	3.174.930,07	2.377.072,89	797.857,18
Apoio Financeiro aos Municípios - AFM	636.840,75	0,00	636.840,75	7.997,53	644.838,28	631.531,92	13.306,36
Cessão Onerosa – Pré-Sal	22.366,19	0,00	22.366,19	38.103,09	60.469,28	50.480,25	9.989,03
Valores Restituíveis	13.698,29	0,00	13.698,29	0,00	13.698,29	0,00	13.698,29
Outras Origens	1.845.732,98	14.366,03	1.860.099,01	1.300.549,34	3.160.648,35	479.000,60	2.681.647,75

FONTE: TCE-PR

NOTA: Resultado Financeiro (a) = Ativo Financeiro - Passivo Financeiro; Eventos Extraorçamentários (b) = Transferência Financeira - Cancelamento de Realizável - Contas Pendentes de maio a dezembro - Realizável + Cancelamento de Restos a Pagar + Resultado Estatal.

O resultado financeiro negativo relacionado aos recursos cujas origens sejam Transferências Voluntárias, Operações de Crédito e Regime Próprio de Previdência não será considerado como uma restrição na avaliação do artigo 42 da LRF, conforme art. 6º, Parágrafo Único da IN nº 186/2024 deste Tribunal de Contas.

Diante dos resultados apurados, conclui-se que o **MUNICÍPIO DE IMBAÚ não cumpriu o disposto no artigo 42 da LRF**.

3.2.5. Considerações adicionais sobre a Análise da Execução Orçamentária e Financeira

Na análise da execução orçamentária e financeira do Município de Imbaú, um ponto de atenção crucial refere-se ao descumprimento do Artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). Este dispositivo legal, de suma importância para a gestão fiscal responsável, proíbe que o titular de Poder, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contraia obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito. O propósito desta regra é proteger a transição de governo, evitando que a administração que se encerra deixe para a próxima gestão um passivo financeiro sem a respectiva cobertura orçamentária.

No caso do Município de Imbaú, a Tabela 35 da proposta de voto evidencia que o limite de despesa de maio a dezembro de 2024 não foi respeitado em relação aos **Recursos Ordinários/Livres**. Especificamente, foi identificado um resultado financeiro negativo de **R\$ -33.922,24** nessa fonte ao final do exercício de 2024. Essa situação indica que houve compromissos de despesa assumidos que excederam a capacidade de caixa disponível para pagamentos em recursos não vinculados, configurando uma violação do referido artigo da LRF.

Em sua defesa (peças 18-20), a Prefeita Dayane Sovinski Rodrigues alegou que a suposta infringência decorreu de "*falha técnica, decorrente tanto do sistema informatizado de gestão utilizado por esta municipalidade quanto de equívoco humano de nossa equipe*", resultando na não anulação oportuna de empenhos cujos saldos não seriam executados em 2024. Menciona que esses empenhos representavam um montante significativo, de R\$ 140.604,61 em Restos a Pagar, e que a anulação foi registrada somente em 01/07/2025. A defesa argumenta ainda que os empenhos não estavam liquidados (Art. 35 da Lei nº 4.320/64), não gerando obrigação exigível, e citou jurisprudência do próprio Tribunal (Acórdão nº 200/2025, Processo nº 679363/21) que reconhece a possibilidade de aprovação com ressalvas diante de falhas técnicas sem prejuízo financeiro. Apelou também para os princípios da razoabilidade e proporcionalidade e para o fato de não ter havido dano ao erário.

Contudo, a **Instrução nº 1387/25 - CCONTAS** (peça 21) analisou esses argumentos e manteve o apontamento de irregularidade.

Em primeiro lugar, é crucial entender que a essência do Artigo 42 da LRF e do Prejulgado n.º 15 deste Tribunal é a exigência de que as disponibilidades de caixa sejam suficientes para suportar as obrigações para **cada fonte de recursos** ao final do mandato, e não apenas para o orçamento geral. A alegação de empenhos não liquidados não afasta a vedação imposta pelo Art. 42 da LRF, que incide sobre obrigações de despesa contraídas sem a devida disponibilidade de caixa, independentemente de sua liquidação, se destinadas a ser cumpridas no exercício seguinte. A simples existência do registro contábil de empenho já representa um compromisso que, sem cobertura, viola a norma.

Em segundo lugar, a alegação de que a anulação dos Restos a Pagar ocorreu em 01/07/2025 não afeta a avaliação do exercício de 2024. A análise das contas obedece ao princípio da anualidade, ou seja, cada exercício financeiro é avaliado isoladamente. Conforme a instrução técnica, "*tais fatos serão objeto de análise da prestação de contas anual do ano em que ocorreram, ou seja, 2025, adotando-se, assim, o princípio da anualidade*". Portanto, o déficit existente em 31 de dezembro de 2024 é o que prevalece para a avaliação daquele ano, independentemente de ajustes ou cancelamentos posteriores.

Por fim, quanto aos argumentos de "falha técnica" e "equívoco humano", embora sejam compreensíveis, a LRF exige que a gestão fiscal seja pautada pela responsabilidade e pelo

planejamento. A ausência de controles internos eficazes que evitem tais falhas na anulação oportuna de empenhos demonstra uma fragilidade na gestão orçamentária que resulta no desequilíbrio e na violação objetiva do Artigo 42 da LRF. A lei não excepciona situações decorrentes de falhas internas da necessidade de cumprimento de suas regras.

Assim, conclui-se que, a despeito das alegações da defesa, a existência de um resultado financeiro negativo de R\$ -33.922,24 na fonte de "Recursos Ordinários/Livres" ao final do mandato configura uma irregularidade incontestável sob a ótica do Artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo causa para a indicação de **irregularidade** neste Parecer Prévio.

4. Voto do Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES (relator originário)

Considerando os fatos expostos no item de fundamentação, voto, com respaldo no artigo 1º, I, da Lei Complementar Estadual n.º 113/2005 e em observância ao artigo 217-A, *caput*, do Regimento Interno, no sentido de:

- a. Emitir Parecer Prévio pela **IRREGULARIDADE** das contas do(a) **senhor(a) DAYANE SOVINSKI RODRIGUES**, na qualidade de prefeito(a) do **MUNICÍPIO DE IMBAÚ**, relativas ao exercício de **2024**, em razão de:
 - i. **descumprimento** do **Art. 42 da LRF**, pela assunção de obrigações de despesa sem suficiente disponibilidade de caixa na fonte 'Recursos Ordinários/Livres' (R\$ - 33.922,24) ao final do mandato.
 - ii. **reincidência** de **baixo desempenho** evidenciado na avaliação da atuação governamental na área da **Assistência Social**.
- b. Emitir **recomendação** ao Município para que, ao final de cada exercício, divulgue, em seu Portal da Transparência, o competente Relatório de Controle Interno Anual abrangendo todas as ações empreendidas e áreas objeto de acompanhamento, detalhando a formação acadêmica do respectivo Controlador, para o ulterior fim de oportunizar aos cidadãos e a este órgão de controle externo o amplo acesso às informações relativas à conformidade, eficiência e legalidade da gestão administrativa e financeira.

Após o trânsito em julgado da deliberação, encaminhem-se os autos ao Gabinete da Presidência para as providências contidas no § 6º do artigo 217-A do Regimento Interno, à Coordenadoria de Medidas Executórias para as anotações pertinentes e, por fim, à Diretoria de Protocolo para encerramento.

5. Voto Divergente do Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO (relator designado)

Com a máxima vênia aos bem lançados fundamentos do voto condutor, **divirjo** da conclusão atingida pelo ilustre Relator, Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, especificamente quanto aos seguintes pontos:

- a. Emitir Parecer Prévio pela IRREGULARIDADE das contas do(a) senhor(a) DAYANE SOVINSKI RODRIGUES, na qualidade de prefeito(a) do MUNICÍPIO DE IMBAÚ, relativas ao exercício de 2024, em razão de:
 - i. descumprimento do Art. 42 da LRF, pela assunção de obrigações de despesa sem suficiente disponibilidade de caixa na fonte 'Recursos Ordinários/Livres' (R\$ - 33.922,24) ao final do mandato.
 - ii. reincidência de baixo desempenho evidenciado na avaliação da atuação governamental na área da Assistência Social.
- b. Emitir recomendação ao Município para que, ao final de cada exercício, divulgue, em seu Portal da Transparência, o competente Relatório de Controle Interno Anual abrangendo todas as ações empreendidas e áreas objeto de acompanhamento, detalhando a formação acadêmica do respectivo Controlador, para o ulterior fim de oportunizar aos cidadãos e a este órgão de controle externo o amplo acesso às informações relativas à conformidade, eficiência e legalidade da gestão administrativa e financeira.

Conforme a Instrução n.º 572/25 – CCONTAS (peça 7), visualizo que o Município de Imbaú obteve déficit na origem de Recursos Ordinários / Livres (R\$ -33.922,24), fato este que, conforme o entendimento da Unidade Técnica, caracteriza a contratação de obrigação de despesa sem suficiente disponibilidade de caixa para sua integral liquidação. Ou seja, descumprimento do art. 42 da Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Embora tal situação configure, em tese, infração à norma fiscal, as justificativas apresentadas pelo ente municipal permitem considerar a ocorrência como ressalva, diante de elementos que atenuam sua gravidade e revelam diligência da gestão.

Cumprir destacar que, conforme a Tabela 39 – Demonstrativo da Disponibilidade Líquida da Instrução n.º 572/25 – CCONTAS (peça 7), em 30/04/2024, os recursos não vinculados apresentavam saldo negativo de R\$ -523.023,52, evidenciando um cenário inicial de maior restrição financeira. Contudo, ao final do exercício (31/12/2024), esse déficit foi significativamente reduzido para R\$ -33.922,24, demonstrando esforço da administração para recompor a disponibilidade de caixa e mitigar riscos à execução orçamentária. Tal evolução indica comprometimento com a responsabilidade fiscal.

E observando o resultado deficitário total de R\$ -33.922,24, é necessário avaliar a materialidade do valor frente ao contexto global das contas municipais. A Receita Total em 2024 (presente na Instrução n.º 572/25 – CCONTAS (peça 7, fl. 35) foi de R\$ 58.031.555,05, de modo que o déficit representa aproximadamente 0,06% do montante. À luz dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, verifica-se que tal valor é irrisório diante do orçamento global, não comprometendo a execução das políticas públicas nem a solvência do ente federativo. Ademais, não há indícios de má-fé ou dano relevante ao erário, mas sim uma oscilação pontual na gestão dos recursos.

Além disso, em sede de contraditório, a interessada alegou que a causa para o déficit apurado ao final do exercício em relação às obrigações contraídas foi oriunda de falhas técnicas no sistema

informatizado do Município e de erro humano operacional, que resultaram na não anulação de Restos a Pagar, em valor equivalente a R\$ 140.604,61, em momento oportuno, qual seja o exercício de 2024. A anulação foi registrada apenas em 01/07/2025 pelo Município, conforme pode ser visto no relatório acostado à peça 20 dos autos. Tal circunstância demonstra ausência de dolo ou má-fé, tratando-se de problema pontual e já corrigido.

Diante desse contexto, interpreto que a alteração da classificação da ocorrência para contas regulares com ressalva mostra-se adequada e proporcional, considerando os esforços da gestão para reduzir o déficit, a ausência de má-fé e o caráter educativo e orientador do Tribunal de Contas, que deve priorizar medidas que induzam à melhoria da gestão fiscal sem desconsiderar as circunstâncias atenuantes do caso concreto.

Ademais, conforme consigno em meus pareceres prévios, a pontuação referente à avaliação da atuação governamental é calculada a partir de formulários eletrônicos respondidos, de forma declaratória, por interlocutores agentes públicos municipais, consoante metodologia prevista nas Notas Técnicas n.º 15/2022 e n.º 17/2022 da Coordenadoria-Geral de Fiscalização (CGF) deste Tribunal de Contas.

Neste sentido, mister ressaltar que esta avaliação decorre da missão desta Corte de “Atuar no controle de recursos públicos, contribuindo para o aprimoramento da administração e das políticas públicas”.

Sobre isto, compreendo que o Tribunal de Contas, no exercício de sua competência constitucional disposta pelo art. 71, I, da Constituição Federal¹⁶, tem o dever de apreciar, mediante parecer prévio, as contas apresentadas pelos prefeitos municipais.

Todavia, no que se refere às avaliações governamentais realizadas por este Tribunal por meio de formulários eletrônicos, preenchidos de forma declaratória por agentes públicos municipais e baseados nas metodologias das Notas Técnicas n.º 15/2022 e n.º 17/2022 da Coordenadoria-Geral de Fiscalização, percebo que estas têm finalidade exclusivamente gerencial, isto é, visam fornecer subsídios para o aprimoramento da administração e das políticas públicas, compondo a missão desta Corte de controlar os recursos públicos, sem, contudo, influenciar de forma direta a análise das contas.

Em assim sendo, entendo que tais pontuações não devem impactar na análise das contas ora efetuada, mas servir como um guia para possibilitar a verificação de oportunidades de melhoria por parte da municipalidade, bem como para a criação de uma série histórica a fim de analisar a evolução do Município em tais áreas, sem que o gestor se torne, de modo injusto, vítima de um mecanismo meramente orientador quando da análise de sua gestão financeira.

Logo, a meu ver, compreendo que o baixo desempenho na avaliação da atuação governamental não justifica a aposição de ressalvas ou irregularidades às contas em análise. Isto porque o objetivo principal desta avaliação é notadamente o aprimoramento da administração e das políticas públicas, não sendo o exame detalhados das contas o seu foco central.

No tocante à apresentação de recomendações, o Regimento Interno desta Corte de Contas dispõe que:

¹⁶ **Art. 71.** O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:
I - Appreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.

§ 1º-A. O Parecer Prévio das contas dos Prefeitos não conterá indicações de sanção, recomendação ou determinação, nem será objeto de execução ou monitoramento nos mesmos autos, ressalvada a possibilidade do seu tratamento em processo apartado, conforme previsto no § 2º do art. 217. (Incluído pela Resolução nº 95/2022)

Dessa forma, considerando o disposto no § 1º-A do Regimento Interno desta Corte, entendo que a inclusão de recomendações no Parecer Prévio das contas dos Prefeitos não encontra respaldo normativo, sendo vedada expressamente pela Resolução nº 95/2022.

Essa abordagem visa assegurar a conformidade procedimental e o respeito às competências desta Corte, preservando a eficácia e a legalidade dos atos praticados.

Portanto, considerando os fatos expostos, **VOTO**, com respaldo no art. 1º, I, da Lei Complementar Estadual nº 113/2005 e em observância ao art. 217-A, caput, do Regimento Interno, no sentido de:

- a. Emitir Parecer Prévio pela **REGULARIDADE com RESSALVA** das contas da senhora **DAYANE SOVINSKI RODRIGUES**, na qualidade de prefeita do **MUNICÍPIO DE IMBAÚ**, relativas ao exercício de **2024**, em razão de:
 - i. descumprimento do Art. 42 da LRF, pela assunção de obrigações de despesa sem suficiente disponibilidade de caixa na fonte 'Recursos Ordinários/Livres' (R\$ - 33.922,24) ao final do mandato.

Após o trânsito em julgado da deliberação, encaminhem-se os autos ao **Gabinete da Presidência** para as providências contidas no § 6º do art. 217-A do Regimento Interno, à **Coordenadoria de Medidas Executórias** para as anotações pertinentes e, por fim, à **Diretoria de Protocolo** para encerramento.

6. Deliberação

Decidem os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro FABIO DE SOUZA CAMARGO, por maioria absoluta:

- a. Emitir Parecer Prévio pela **REGULARIDADE** das contas da **senhora DAYANE SOVINSKI RODRIGUES**, na qualidade de prefeita do **MUNICÍPIO DE IMBAÚ**, relativas ao exercício de **2024**.
- b. **RESSALVAR** as contas em razão de:
 - i. **descumprimento** do **Art. 42 da LRF**, pela assunção de obrigações de despesa sem suficiente disponibilidade de caixa na fonte 'Recursos Ordinários/Livres' (R\$ -33.922,24) ao final do mandato.

Após o trânsito em julgado da deliberação, encaminhar os autos ao Gabinete da Presidência para as providências contidas no § 6º do artigo 217-A do Regimento Interno, à Coordenadoria de Medidas Executórias para as anotações pertinentes e, por fim, à Diretoria de Protocolo para encerramento.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FABIO DE SOUZA CAMARGO (vencedor) e AUGUSTINHO ZUCCHI. O Conselheiro FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES (vencido) votou de conforme seção 4.

Presente a Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas ELIZA ANA ZENEDIN KONDO LANGNER.

Plenário Virtual, 19 de março de 2026 – Sessão Virtual n.º 4.

FABIO DE SOUZA CAMARGO

Relator

FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES

Presidente